

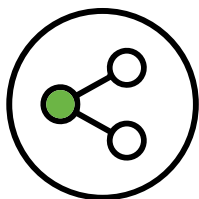


ORÇAMENTO CIDADÃO

PROJETO DE
LEI ORÇAMENTÁRIA
2016

Nosso compromisso é com você.





APRESENTAÇÃO

EDIÇÃO 2016

A sociedade brasileira fez uma opção pela democracia como condição para o desenvolvimento. Por isso, as ações do Estado devem ampliar e fortalecer a democracia, de modo que ela seja um elemento catalisador do desenvolvimento social e econômico.

O Orçamento é fundamental nesse processo porque, além de prever o que será feito com os recursos públicos, ele escolhe a forma de comunicar isso para as pessoas. Significa que a estrutura de informações da Lei Orçamentária Anual tem o poder de revelar o que o governo pretende realizar e quanto será gasto.

A nossa opção por editar esta versão mais simples e resumida do Orçamento é uma tentativa de aumentar a compreensão das pessoas sobre os dilemas e as escolhas fundamentais do Governo Federal, garantindo a elas o exercício mais pleno da cidadania.

Compartilhar as informações do Orçamento por meio de uma comunicação mais efetiva é fundamental porque contribui para viabilizar novos canais de participação, amplia as possibilidades para que as pessoas acompanhem as ações do Governo Federal e ainda ajuda a ensejar o consenso em torno dos principais desafios do Brasil.

Nesse sentido, a informação deve facilitar o diálogo e incentivar narrativas a partir das fontes mais cristalinas para viabilizar uma comunicação plena, capaz de criar novas possibilidades a partir de olhares diferentes. Uma comunicação viva, interativa e que valorize a diversidade, alimentando a democracia.

A escolha da democracia como pilar do desenvolvimento implica na implementação de políticas que desconcentrem a renda, o conhecimento e o poder. É nessa linha que eu tenho a satisfação de apresentar esta edição, que traz inovações editoriais para qualificar a comunicação e tornar a leitura mais agradável. Ajude a melhorar este instrumento, acesse o endereço indicado ao final desta publicação e dê a sua opinião.

Boa leitura!

Esther Dweck

Secretária de Orçamento Federal

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão

Nelson Barbosa

Secretário-Executivo

Dyogo Henrique de Oliveira

Secretária de Orçamento Federal

Esther Dweck

Secretários Adjuntos

Antonio Carlos Paiva Futuro

Cilair Rodrigues de Abreu

George Alberto de Aguiar Soares

Coordenador-Geral de Inovação e Assuntos Orçamentários e Federativos

Girley Vieira Damasceno

Coordenadora de Inovação, Transparência Orçamentária e Qualidade do Gasto

Isabella Amaral da Silva

Equipe Técnica

Carolina Henriques Campos

Leonardo Cavalcanti de Melo

Colaboração

Secretaria Adjunta para Assuntos Fiscais

Secretaria Adjunta para Assuntos de Gestão Orçamentária

Departamento de Programas da Área Econômica

Departamento de Programas Especiais

Departamento de Programas de Infraestrutura

Departamento de Programas Sociais

Coordenação de Educação e Disseminação Orçamentária

Assessoria de Comunicação da SOF

Laboratório Latitude

Arte Gráfica

DeBrito Propaganda Ltda.

Informações:

www.orcamentofederal.gov.br

Secretaria de Orçamento Federal

SEPN 516, Bloco "D", Lote 8

70770-524, Brasília – DF

Tel.: (61) 2020-2000

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Secretaria de Orçamento Federal.

Orçamento Cidadão: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2016.

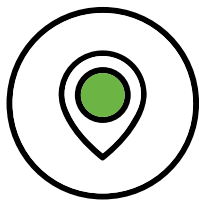
Brasília, 2015.

59p.

1 - Orçamento público. 2. Proposta orçamentária. I. Título.

CDU: 336.14(81)"2015"

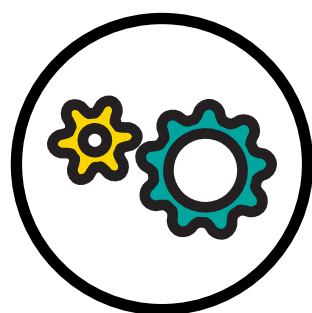
CDD: 351.722



SUMÁRIO

NOÇÕES GERAIS SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO	7
O QUE É ORÇAMENTO PÚBLICO?	8
PROCESSO ORÇAMENTÁRIO	10
VALORES GLOBAIS: PLOA 2016	13
PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS PARA 2016	14
DEFINIÇÃO DA META DE RESULTADO PRIMÁRIO PARA 2016	15
DETALHES DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO 2016	16
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	18
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO	23
DETALHES DO PLOA 2016	25
EM QUE ÁREA DA DESPESA A AÇÃO GOVERNAMENTAL SERÁ REALIZADA?	26
PREVIDÊNCIA SOCIAL	27
EDUCAÇÃO	29
SAÚDE	31
ASSISTÊNCIA SOCIAL	33
TRABALHO	35
DEFESA NACIONAL	36
JUDICIÁRIA	37
ESSENCIAL À JUSTIÇA	37
ADMINISTRAÇÃO	38
LEGISLATIVA	38
TRANSPORTE	39
AGRICULTURA	41
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	42
GESTÃO AMBIENTAL	43
SEGURANÇA PÚBLICA	44
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO	45
URBANISMO	46
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	47
SANEAMENTO	48
CULTURA	49
RELAÇÕES EXTERIORES	50
ENERGIA	51
COMUNICAÇÕES	52
DIREITOS DA CIDADANIA	53
DESPORTO E LAZER	54
HABITAÇÃO	55
ENCARGOS ESPECIAIS	56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	56
QUEM É O RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA DESPESA?	57
SAIBA MAIS	58

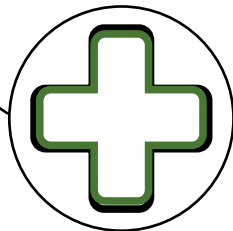
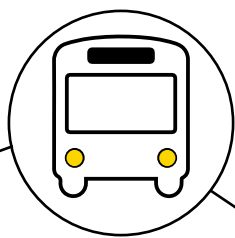




NOÇÕES GERAIS

SOBRE O ORÇAMENTO PÚBLICO

Orçamento Cidadão
PLOA **2016**



O QUE É ORÇAMENTO PÚBLICO?

O orçamento é um instrumento que informa o que o Governo planejou para ser feito em um ano. Nele você vai encontrar, por exemplo, quantas escolas serão construídas, quais rodovias serão duplicadas e quanto deverá ser o gasto com a saúde das pessoas. Ele também faz uma previsão dos recursos que vão financiar as realizações orçadas. Como ele traz receitas e despesas, o orçamento é uma peça importante para o equilíbrio fiscal.

Essa definição demonstra a importância deste instrumento, mas tem outros aspectos que também são valiosos. Por exemplo, é o orçamento que prevê grande parte dos recursos capazes de viabilizar o cumprimento dos objetivos da República, expressos na Constituição Federal.

Além disso, para entregar os bens e os serviços às pessoas e às empresas é preciso ter recursos. Esse dinheiro pode vir dos tributos, de empréstimos ou de receitas próprias. E sabe onde você encontra essas informações? Se você disse orçamento, acertou! Significa que conhecê-lo bem permite que você saiba a origem dos recursos que garantem o funcionamento das escolas, dos hospitais, enfim, do que é público.

O orçamento é organizado por meio dos programas e das ações. A política de transporte rodoviário, por exemplo, está em um programa que tem esse nome. Lá os recursos são detalhados em ações com os respectivos produtos, tais como a Adequação do Anel Rodoviário em Fortaleza e a Construção de Ponte sobre o Rio Paraná, entre Três Lagoas (MS) e Castilho (SP).

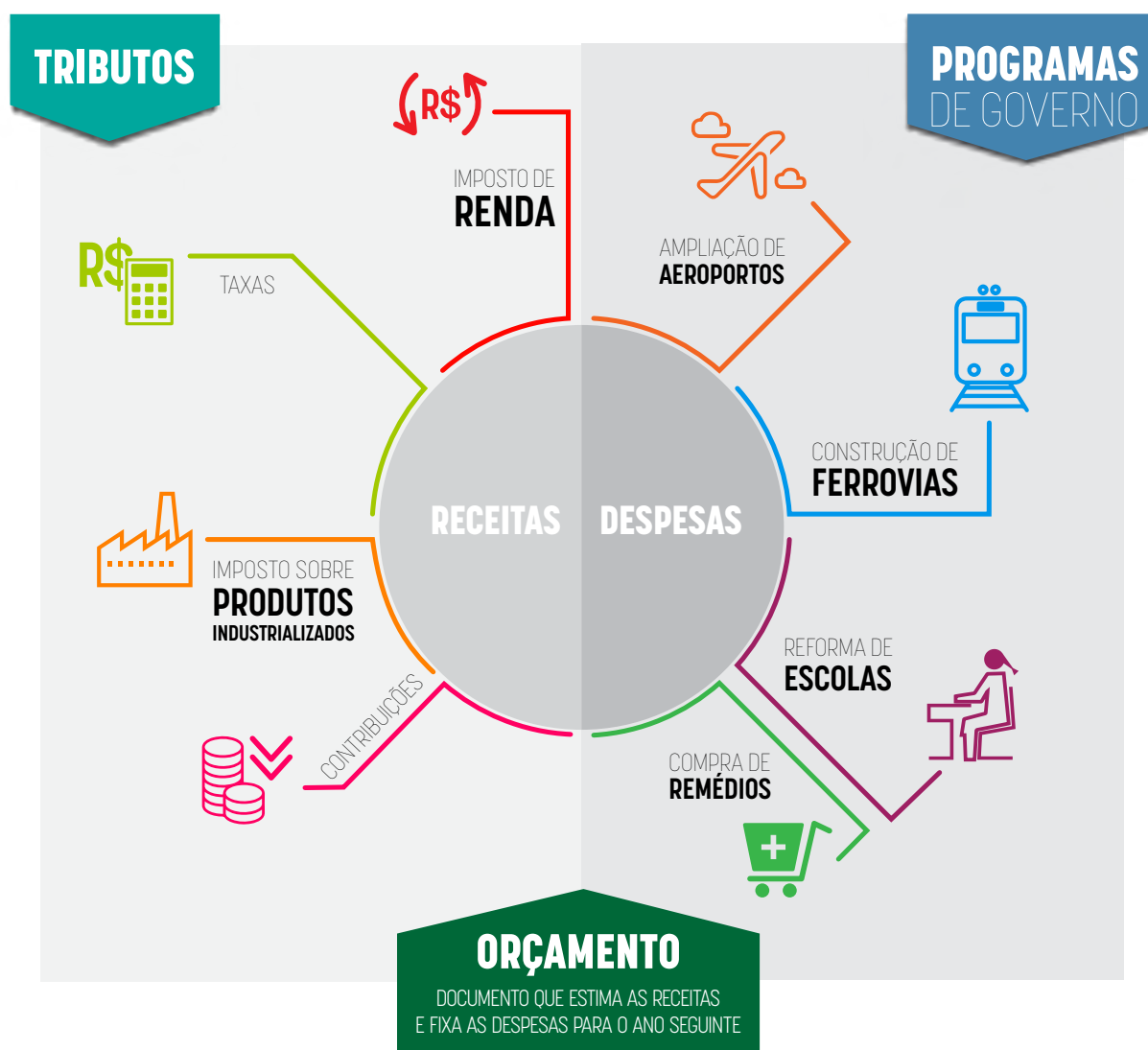
Então, os recursos destinados a um programa são distribuídos entre as ações que o compõem, em um processo denominado alocação de recursos. Mais do que definir o quanto será gasto, ele aponta o que será feito.

Por tudo isso, conhecer a organização, a estrutura das informações e o funcionamento do orçamento torna-se imprescindível para o exercício pleno da cidadania. E é por isso que o Governo Federal tem feito um esforço muito grande para aprimorar a estrutura do orçamento federal, facilitar a sua gestão e, principalmente, ampliar a compreensão das pessoas sobre o assunto.

VOCÊ
SABIA?

PROGRAMAS RETRATAM AS AGENDAS DE GOVERNO, ORGANIZADAS POR RECORTES SELECIONADOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS. ELES EXPRESSAM E ORIENTAM A AÇÃO GOVERNAMENTAL PARA A ENTREGA DE BENS E SERVIÇOS À SOCIEDADE OU DESTINADA AO APOIO, À GESTÃO E À MANUTENÇÃO DO PRÓPRIO ESTADO. QUANTO ÀS **AÇÕES**, É DELAS QUE RESULTAM OS PRODUTOS (BENS OU SERVIÇOS) QUE CONTRIBUEM PARA ATENDER AO OBJETIVO DE UM PROGRAMA.

OS PROGRAMAS SÃO DEFINIDOS PELO **PLANO PLURIANUAL (PPA)**, QUE É O PLANEJAMENTO PARA QUATRO ANOS DE GOVERNO.



VOCÊ SABIA?

TODO ANO, ATÉ O DIA **31 DE AGOSTO**, O MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, COM A COLABORAÇÃO DOS OUTROS MINISTÉRIOS, PREPARA UMA **PROPOSTA DE ORÇAMENTO (PLOA)** PARA SER ENCAMINHADA PELA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA AO CONGRESSO NACIONAL. LÁ OS DEPUTADOS FEDERAIS E SENADORES EXAMINAM, DISCUTEM, AJUSTAM, VOTAM E APROVAM A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA QUE, DEPOIS DE SANCIONADA PELA(O) PRESIDENTE DA REPÚBLICA, SE TRANSFORMA NA **LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)**.



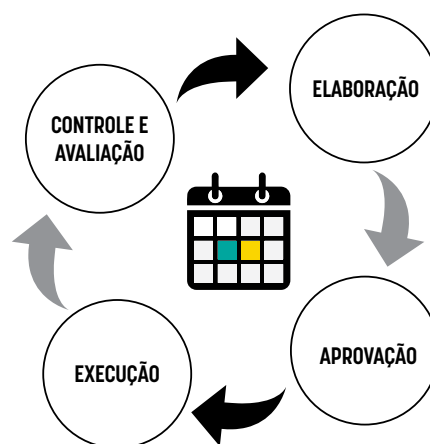
OS DEPUTADOS E SENADORES PODEM, SOB DETERMINADAS CONDIÇÕES, **PROPOR ALTERAÇÕES À PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA**, QUE PODERÃO SER VETADAS OU SANCIONADAS POR PARTE DA(O) PRESIDENTE DA REPÚBLICA. EM CASO DE VETOS, CABERÁ AO CONGRESSO NACIONAL APRECIÁ-LOS, PODENDO DERRUBÁ-LOS OU NÃO.

PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

O processo orçamentário diz respeito a uma série de passos articulados, ou estágios, que estruturam a gestão dos recursos públicos.

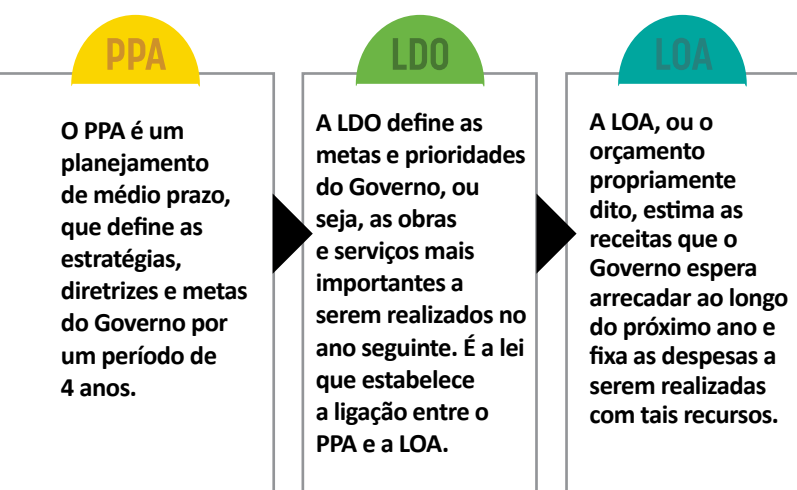
Em conjunto, esses estágios constituem o que se pode chamar de Ciclo Orçamentário. Em termos de sua abrangência, o Ciclo Orçamentário envolve, por exemplo, a formulação das propostas do PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da LOA, o exame, a votação e a sanção dessas propostas, a execução das leis aprovadas e a avaliação e o controle dos recursos públicos estimados e fixados nessas leis.

Dessa forma, o Ciclo Orçamentário compreende um conjunto de quatro grandes etapas que se repetem a cada ano:



INSTRUMENTOS DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

O PPA, a LDO e a LOA são instrumentos previstos na Constituição Federal que compõem o processo orçamentário.



Apesar desses instrumentos serem publicados em momentos diferentes, as leis que os tornam públicos são estritamente integradas e compatíveis entre si.





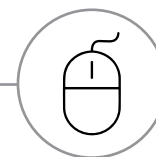
ACOMPANHE OS PRAZOS PARA ENVIO E APROVAÇÃO DE CADA UM DESSES INSTRUMENTOS:

PPA	31 de agosto	22 de dezembro
LDO	15 de abril	17 de julho
LOA	31 de agosto	22 de dezembro

DATA-LIMITE para o **Executivo enviar** o projeto de cada lei para o Congresso Nacional

DATA-LIMITE para o **Congresso devolver** os projetos para sanção

Após a aprovação do Orçamento, o Poder Executivo tem até 30 dias para publicar o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira que também exerce um papel importante no processo orçamentário. Esse Decreto adequa valores da LOA à realidade de cada ano, assegurando, assim, o equilíbrio entre receitas e despesas. Isso é comumente chamado de contingenciamento.



BIMESTRALMENTE O PODER EXECUTIVO REALIZA AVALIAÇÕES E ELABORA **O RELATÓRIO DE RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**, DE MODO A CONTROLAR O ALCANCE DA META FISCAL ESTABELECIDA. OS RELATÓRIOS ESTÃO DISPONÍVEIS EM:

[HTTP://WWW.ORMENTOFEDERAL.GOV.BR/INFORMACOES-ORCAMENTARIAS](http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias)



CONHEÇA MAIS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO. INSCREVA-SE NOS CURSOS GRATUITOS OFERECIDOS PELA **ESCOLA VIRTUAL** DA SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL.

[HTTPS://EAD.ORMENTOFEDERAL.GOV.BR/](https://ead.orcamentofederal.gov.br/)

CURSOS OFERECIDOS:

- BÁSICO EM ORÇAMENTO PÚBLICO
- ORÇAMENTO PÚBLICO
- LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA MUNICÍPIOS
- FEDERALISMO NO BRASIL
- ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO





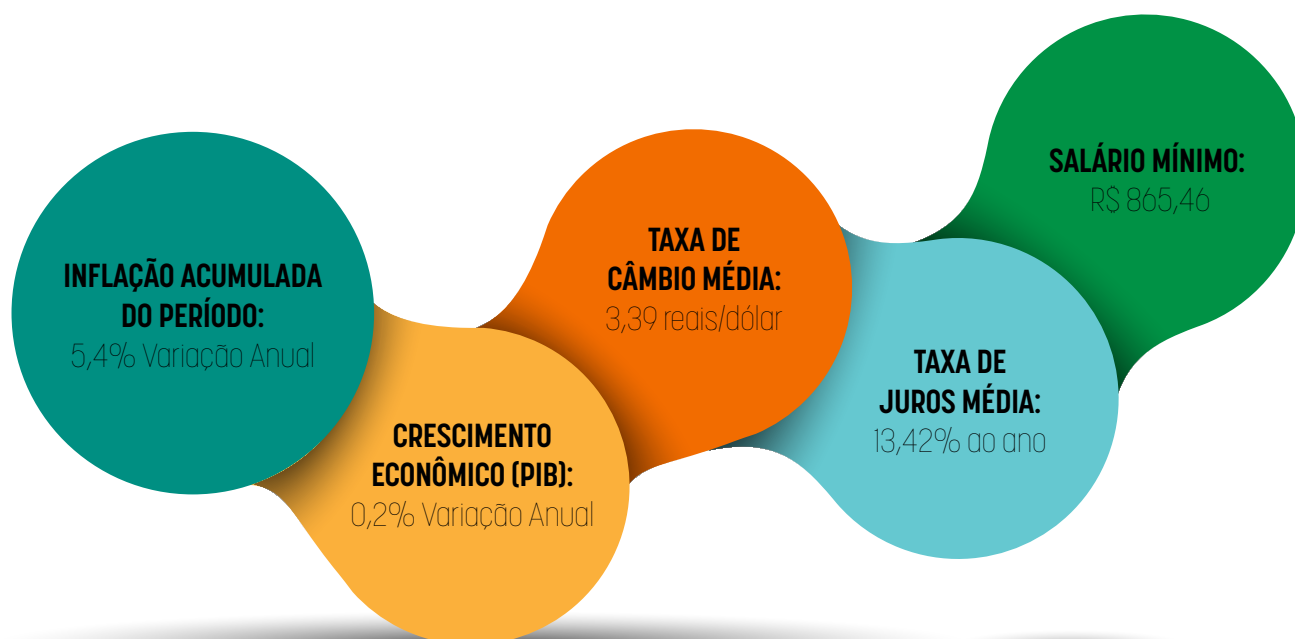
VALORES GLOBAIS

PLOA 2016

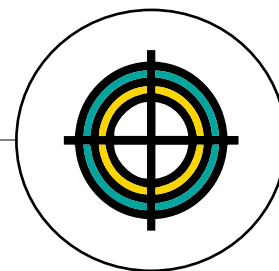
PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS PARA 2016

Como já foi exposto, o orçamento público é um instrumento utilizado pelo Governo para estimar quanto será arrecadado e planejar de que maneira esses valores serão gastos. Para estimar quanto será arrecadado no próximo ano, o Governo faz previsões de alguns indicadores econômicos importantes, como, por exemplo, o crescimento econômico total do país (a variação do Produto Interno Bruto – PIB), a inflação, a taxa de juros, a taxa de câmbio, o salário mínimo, entre outros.

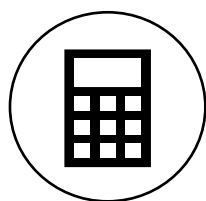
Essas estimativas também servem para determinar quanto será reservado no orçamento para algumas despesas. Por exemplo, o valor gasto com aposentadorias depende do salário mínimo, as despesas com juros dependem da taxa de juros, algumas despesas sofrem impactos da taxa de câmbio e assim por diante. Para o exercício de 2016 os valores previstos para essas variáveis macroeconômicas são apresentados abaixo:



DEFINIÇÃO DA META DE RESULTADO PRIMÁRIO PARA 2016



UM IMPORTANTE PASSO NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O PRÓXIMO ANO
CONSISTE NA **DEFINIÇÃO DA META DE RESULTADO PRIMÁRIO**.



RESULTADO PRIMÁRIO

É tudo aquilo que o Governo arrecada menos aquilo que ele gasta, sem considerar as receitas e despesas relacionadas à dívida que ele já possui (juros e amortizações). Comparando com um orçamento familiar, o resultado primário de uma família seria o que sobra da renda familiar depois de pagas todas as despesas do dia a dia, mas antes do pagamento das prestações de financiamentos e empréstimos e os juros do cheque especial ou do cartão de crédito.

COMO É DEFINIDA A META DE RESULTADO PRIMÁRIO

SE UMA FAMÍLIA QUER TER UMA CONDIÇÃO FINANCEIRA SAUDÁVEL, DEVE CONTROLAR SUAS DÍVIDAS PARA QUE ELAS NÃO CRESÇAM DEMASIADAMENTE. PARA ESTABELECEER UM NÍVEL MÁXIMO DE ENDIVIDAMENTO, A FAMÍLIA COSTUMA COMPARAR O VALOR DE SUA DÍVIDA AOS SEUS RENDIMENTOS. ASSIM, NÃO SE PODE DEVER MUITO MAIS DO QUE SE GANHA, OU O PAGAMENTO DA DÍVIDA PODE SE TORNAR MUITO DIFÍCIL NO FUTURO.

DO MESMO MODO, **A DEFINIÇÃO DA META DE RESULTADO PRIMÁRIO DE UM PAÍS DEPENDE DO COMPORTAMENTO ESPERADO DAS RECEITAS E DESPESAS E DO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO QUE SE PRETENDE OBTER**, GERALMENTE CALCULADO POR UM INDICADOR DA RELAÇÃO ENTRE DÍVIDA/PIB. SE O OBJETIVO FOR DIMINUIR ESSE INDICADOR, HÁ DOIS CAMINHOS: DIMINUIÇÃO DA DÍVIDA (POR MEIO DE SUPERÁVITS) OU AUMENTO DO PIB (POR MEIO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO).

A META DE RESULTADO PRIMÁRIO É FIXADA APÓS UMA AVALIAÇÃO DO CENÁRIO MACROECONÔMICO PARA O ANO SEGUINTE, CONSIDERANDO PARÂMETROS COMO TAXA DE JUROS, TAXA DE CÂMBIO, CRESCIMENTO ECONÔMICO E O RESULTADO QUE DEVE SER ATINGIDO PARA MANTER A RELAÇÃO DÍVIDA/PIB EM UM NÍVEL ADEQUADO PARA O PAÍS.

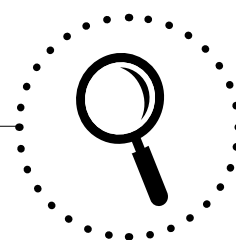


Ao final do ano, após o Governo executar o seu orçamento, são possíveis as seguintes situações:

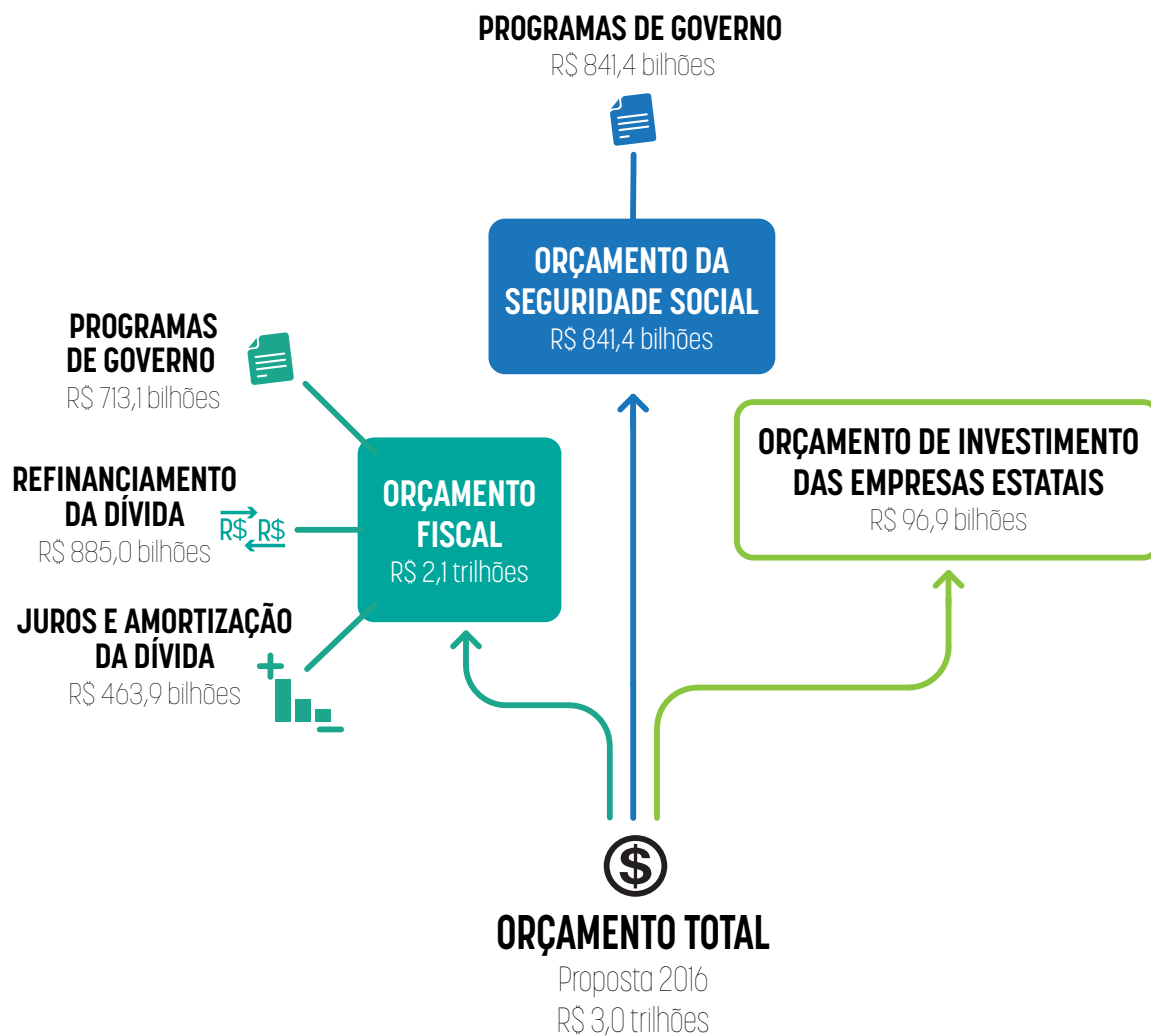


NESSE CONTEXTO, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) TRAZ TODO ANO O **ANEXO DE METAS FISCAIS**, NO QUAL É APRESENTADA A META DE RESULTADO PRIMÁRIO PARA O EXERCÍCIO A QUE SE REFERE E PARA OS DOIS SEGUINTE.

DETALHES DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO 2016



Orçamento Federal é um único documento, constituído por três partes: Orçamento Fiscal, Orçamento da Seguridade Social e Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pela União (referido daqui para frente como Orçamento de Investimento das Empresas Estatais). A seguir são apresentados os valores globais de cada um desses orçamentos.



NO **ORÇAMENTO FISCAL** ESTÃO INCLUÍDAS AS DESPESAS DOS PODERES LEGISLATIVO (CONGRESSO NACIONAL E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO), EXECUTIVO (PRESIDÊNCIA, MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS) E JUDICIÁRIO (FÓRUMS E TRIBUNAIS), DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO E DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, ALÉM DOS GASTOS COM PAGAMENTO E ROLAGEM DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL.



O **ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL** APRESENTA AS DESPESAS COM PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, BEM COMO AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE. OS PAGAMENTOS DE APOSENTADORIAS, PENSÕES E BENEFÍCIOS, ASSIM COMO OS GASTOS COM HOSPITAIS, MEDICAMENTOS E BOLSA FAMÍLIA, SÃO EXEMPLOS DE DESPESAS DESSE ORÇAMENTO.



O **ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO** DAS EMPRESAS ESTATAIS APRESENTA OS INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS CONTROLADAS PELO GOVERNO FEDERAL E QUE NÃO NECESSITAM DE RECURSOS FISCAIS PARA MANter OU AMPLIAR SUAS ATIVIDADES. SÃO EXEMPLOS: PETROBRAS, ELETROBRAS, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

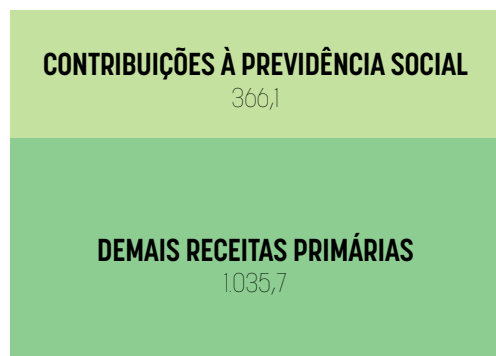
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL



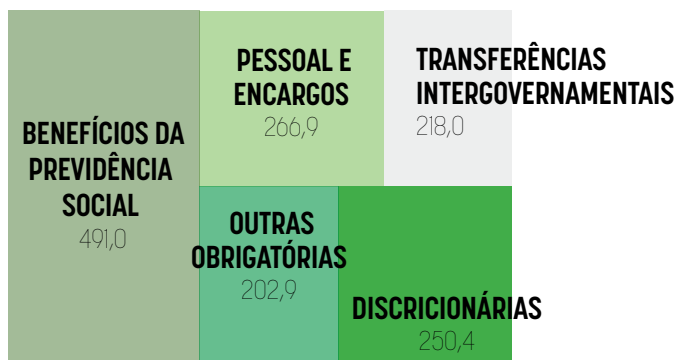
A figura a seguir mostra os grandes números do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Perceba que os valores das despesas quando somados sempre se igualam às receitas.

Em R\$ bilhões

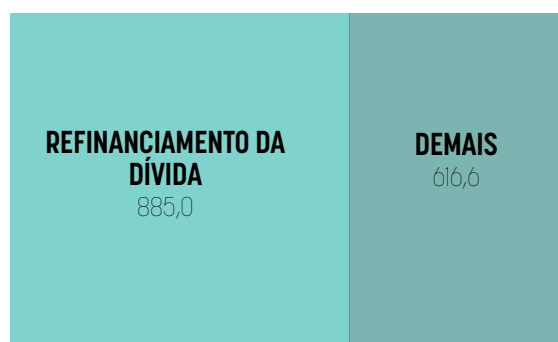
RECEITA PRIMÁRIA: 1.401,8



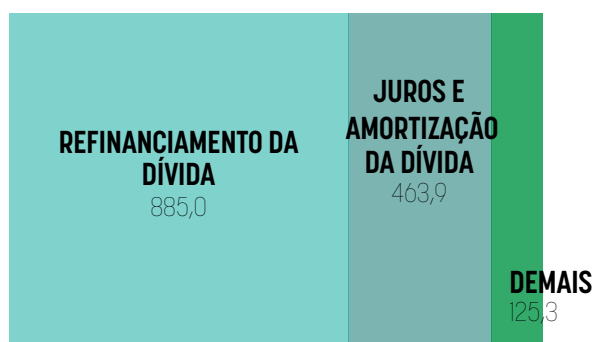
DESPESA PRIMÁRIA: 1.429,3



RECEITA FINANCEIRA: 1.501,6



DESPESA FINANCEIRA: 1.474,2





AS **RECEITAS PRIMÁRIAS** DO GOVERNO SÃO AQUELAS, POR EXEMPLO, PROVENIENTES DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA COM IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA (QUE COMPÕEM A CHAMADA CARGA TRIBUTÁRIA). ALÉM DISSO, O GOVERNO CONSEGUE GERAR RECEITAS POR MEIO DO SEU PATRIMÔNIO, COMO ALUGUÉIS E OS DIVIDENDOS QUE RECEBE DAS EMPRESAS QUE CONTROLA.



SÃO **RECEITAS FINANCEIRAS** (OU NÃO PRIMÁRIAS) AQUELAS PROVENIENTES DE UMA NOVA DÍVIDA PÚBLICA. O GOVERNO PODE, POR HIPÓTESE, ADQUIRIR UM NOVO EMPRÉSTIMO TANTO NO SETOR PRIVADO INTERNO, DE PESSOAS E INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS, COMO NO EXTERIOR. TAMBÉM É CONSIDERADA RECEITA FINANCEIRA A ADVINDA DO PAGAMENTO, POR TERCEIROS, DE DÍVIDAS QUE POSSUEM PARA COM O GOVERNO. ASSIM, QUANDO ALGUÉM PAGA ALGUM VALOR QUE DEVIA AO PODER PÚBLICO, O RECURSO RECEBIDO É CONTABILIZADO COMO RECEITA FINANCEIRA.



AS **DESPESAS PRIMÁRIAS** SÃO OS GASTOS DO GOVERNO PARA PROVER BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS À POPULAÇÃO (SAÚDE, EDUCAÇÃO, RODOVIAS, POR EXEMPLO), ALÉM DOS GASTOS NECESSÁRIOS PARA A MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO ESTADO. SÃO CLASSIFICADAS COMO OBRIGATÓRIAS OU DISCRICIONÁRIAS.



AS **DESPESAS FINANCEIRAS** (OU NÃO PRIMÁRIAS) SÃO AQUELAS RESULTANTES DO PAGAMENTO DE UMA DÍVIDA DO GOVERNO OU DA CONCESSÃO DE UM EMPRÉSTIMO TOMADO PELO GOVERNO EM FAVOR DE OUTRA INSTITUIÇÃO OU PESSOA (POR EXEMPLO: FINANCIAMENTO ESTUDANTIL E SUBSÍDIO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA).

AS **DESPESAS OBRIGATÓRIAS** SÃO AQUELAS QUE A UNIÃO TEM A OBRIGAÇÃO LEGAL OU CONTRATUAL DE REALIZAR, OU SEJA, SÃO DESPESAS CUJA EXECUÇÃO É MANDATÓRIA, NÃO SE SUJEITANDO À DISCRICIONARIEDADE DO GOVERNO. ESTE TIPO DE DESPESA TEM PREVISÃO DE R\$ 960,8 BILHÕES NO PLOA 2016.

AS **DESPESAS DISCRICIONÁRIAS** SÃO AQUELAS CUJA EXECUÇÃO DEPENDE DA AVALIAÇÃO OU ESCOLHA QUE O GOVERNO FAZ ACERCA DA CONVENIÊNCIA E DA OPORTUNIDADE DE SUA REALIZAÇÃO. POR NÃO HAVER OBRIGATORIEDADE NO DISPÊNDIO, A ESCOLHA DE QUAIS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS SERÃO INCLUÍDAS NO ORÇAMENTO DEPENDE DA AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOBRE QUAIS SÃO AS PRIORIDADES DA POPULAÇÃO. NO PLOA 2016 O MONTANTE PREVISTO É DE R\$ 250,4 BILHÕES.



É IMPORTANTE PERCEBER QUE QUANTO MAIORES FOREM AS **DESPESAS OBRIGATÓRIAS**, MENOR SERÁ O ESPAÇO DE DECISÃO PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS NO ORÇAMENTO. OS MAIORES GRUPOS DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS SÃO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E OS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL QUE CONTAM COM R\$ 266,9 BILHÕES E R\$ 491,0 BILHÕES, RESPECTIVAMENTE.

Previdência Social

Para garantir os diversos direitos de proteção do trabalhador, inclusive a aposentadoria, empregados e empregadores, sejam essas empresas ou o próprio Governo, contribuem para sistemas previdenciários. Esses sistemas são estruturas que permitem a acumulação de recursos destinados a pagar benefícios que garantem subsistência dos trabalhadores nos casos de maternidade, doença, velhice, invalidez, morte, reclusão e desemprego.

Os principais sistemas previdenciários de filiação obrigatória são aqueles que atendem aos trabalhadores da iniciativa privada e aos servidores públicos. Os trabalhadores e empregadores da iniciativa privada contribuem para o Regime Geral de Previdência Social enquanto os servidores públicos e os entes governamentais o fazem para o Regime Próprio de Previdência Social.

Caso as contribuições não sejam suficientes para o pagamento de todos os beneficiários, cabe ao Tesouro Nacional complementar os valores para que todos sejam atendidos.



PARA 2016, A PREVISÃO CONSTANTE DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O **SALÁRIO MÍNIMO** É DE **R\$ 865,46** E ESTIMA-SE UM AUMENTO DA MASSA SALARIAL DE 2,32%. COM ESSE CENÁRIO, PROJETA-SE QUE A **DESPESA TOTAL** COM BENEFÍCIOS ATINGIRÁ R\$ 491,0 BILHÕES, SENDO R\$ 477,9 BILHÕES RELATIVOS A BENEFÍCIOS NORMAIS, R\$ 10,6 BILHÕES DESTINADOS AO PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS E R\$ 2,5 BILHÕES REFERENTES À COMPENSAÇÃO ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA (SISTEMA DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ENTRE OS REGIMES). POR SUA VEZ, A ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO COM **CONTRIBUIÇÕES** AO REGIME SERÁ DE R\$ 366,1 BILHÕES. ASSIM, ESPERA-SE UM **DÉFICIT DO RGPS** EM TORNO DE R\$ 124,9 BILHÕES. JÁ PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DA UNIÃO, O DÉFICIT PROJETADO PARA 2016 É DE R\$ 34,5 BILHÕES.

Pessoal e Encargos Sociais

O orçamento para o exercício de 2016 prevê gastos com pessoal da ordem de R\$ 287,5 bilhões, incluindo inativos e pensionistas da União e outras despesas relacionadas a pessoal. Nesse montante consta o valor de R\$ 20,6 bilhões referente à Contribuição Patronal ao Regime Próprio dos Servidores, não considerada no valor de R\$ 266,9 bilhões, computado na apuração do resultado primário.



DESSE TOTAL, OS **GASTOS DOS PODERES LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E EXECUTIVO** REPRESENTAM, RESPECTIVAMENTE, 3,40%, 11,19% E 77,01%, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, 1,64%, E DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, 0,09%.

Dívida Pública

Por diversos motivos, às vezes, famílias, empresas, ou mesmo o Governo precisam gastar mais do que recebem. Nessas situações, para conseguirem realizar esses gastos, eles recorrem a empréstimos ou financiamentos. Por exemplo: na ausência de um sistema de crédito, muitas famílias precisariam economizar dinheiro durante vários anos para que fosse possível adquirir um imóvel. No entanto, por meio do financiamento imobiliário, essas famílias podem antecipar a compra da casa própria, fugir do aluguel e pagar o novo bem em prestações compatíveis com a renda familiar.

Os países, assim como as famílias, também precisam, muitas vezes, recorrer a empréstimos ou financiamentos e, conseqüentemente, se endividam. A dívida pública é importante fator de estímulo à atividade econômica, pois significa mais recursos para investimentos, como, por exemplo, financiamentos para construção de rodovias ou implementação de saneamento básico. Esses investimentos melhoram a infraestrutura do país e dão melhores perspectivas às empresas e aos cidadãos, pois criam empregos e geram renda.

NO ORÇAMENTO FISCAL, EMBORA O VALOR TOTAL DA DESPESA COM AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL ESTEJA ESTIMADO, PARA 2016, EM R\$ 1,35 TRILHÃO, A MAIOR PARTE DESSE MONTANTE, EQUIVALENTE A R\$ 885,0 BILHÕES, CORRESPONDE AO SEU REFINANCIAMENTO. ESSE VALOR É RESULTADO DA CHAMADA “ROLAGEM DA DÍVIDA” QUE É UM PROCESSO ROTINEIRO DE GESTÃO REFERENTE À SUBSTITUIÇÃO DE TÍTULOS ANTERIORMENTE EMITIDOS POR TÍTULOS NOVOS, O QUE NADA MAIS É QUE O PAGAMENTO DE UMA DÍVIDA COM OUTRA DÍVIDA. POR ESSA RAZÃO, O VALOR DO REFINANCIAMENTO APARECE, NA PEÇA ORÇAMENTÁRIA, NO MESMO MONTANTE, TANTO NA RECEITA, COMO NA DESPESA, E ESSE FATO É EXPLICITADO NOS PRIMEIROS ARTIGOS DO TEXTO DO PLOA. APESAR DESSA INFORMAÇÃO DAR A IMPRESSÃO DE QUE O ORÇAMENTO É MAIOR DO QUE DE FATO É, TANTO NA PARTE DA RECEITA, COMO NA DESPESA, ELA CONSTA DESTA PEÇA POR DETERMINAÇÃO LEGAL. DESSE MODO, A FIM DE APURAR, NO ORÇAMENTO, O VALOR QUE SE DESTINA AO PAGAMENTO PROPRIAMENTE DITO DA DÍVIDA, DEVE-SE EXCLUIR ESSA PARTE DO REFINANCIAMENTO DO TOTAL DA DESPESA COM A DÍVIDA. REALIZANDO ESSA OPERAÇÃO PARA 2016, RESTAM R\$ 463,9 BILHÕES, DOS QUAIS R\$ 304,1 BILHÕES SÃO RELATIVOS AO PAGAMENTO DE JUROS E, R\$ 159,8 BILHÕES, À AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA. ESSA ÚLTIMA PARCELA É A QUE PERMITE A REDUÇÃO DO PRINCIPAL DA DÍVIDA.

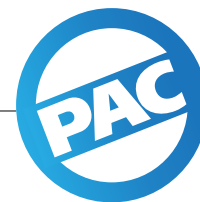
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios por Repartição de Receita

O Brasil adota a forma de Estado federativa, sendo os entes que a compõem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Cada um deles possui competência tributária própria para que possam cumprir com suas obrigações administrativas. Porém, para promover melhor eficiência na arrecadação, boa parte da arrecadação tributária está concentrada na União.

Assim, as transferências a Estados, DF e Municípios por repartição de Receita, denominadas neste texto apenas por transferências intergovernamentais, representam a parcela de tributos que, embora arrecadada pela União, pertencem aos demais entes e, portanto, são transferidas. Similarmente, os Estados também transferem parte de sua arrecadação aos Municípios. O montante previsto no PLOA 2016 para essas transferências alcança a cifra de R\$ 218,0 bilhões.

Vale a pena destacar que um dos objetivos das transferências intergovernamentais é a diminuição das desigualdades regionais, por meio da redistribuição dos recursos em favor das regiões mais pobres. Além disso, tais transferências visam promover a equidade na provisão de bens e serviços públicos em todo o País. De caráter obrigatório, as Transferências Intergovernamentais têm suas regras de cálculo estabelecidas na Constituição Federal e em demais dispositivos legais.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO



O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro de 2007, é uma iniciativa do Governo Federal voltada à retomada do planejamento e execução de grandes obras em setores estruturantes do País, como os de infraestrutura social, urbana, logística e energética. O PAC está presente tanto nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, quanto no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

Para 2016 estão previstos investimentos em diversos setores da economia, a partir da concessão de financiamentos com recursos públicos e privados. Essas ações podem ser agrupadas em três eixos temáticos e naquelas ligadas à Defesa Nacional. A figura abaixo detalha os recursos federais relativos aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social previstos para o ano de 2016:

RECURSOS DESTINADOS AO PAC, ESTRUTURADO POR EIXOS, 2016

Contempla somente recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social



*Contempla também os R\$ 347,2 milhões de despesas com Gestão e Coordenação do PAC.



INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

O eixo de infraestrutura logística tem como objetivo ampliar a qualidade dos serviços de transporte, para aumentar a competitividade da produção brasileira, fortalecendo a integração de cadeias produtivas e facilitando a circulação de pessoas e produtos em todo o território nacional. Além de contribuir para o crescimento da produção, esses investimentos geram empregos diretos e indiretos. As cinco áreas que compõem o eixo de transportes (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias) são planejadas e executadas de forma complementar entre os diferentes modais, gerando soluções logísticas integradas.



INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA

O eixo de infraestrutura social e urbana abrange investimentos com foco na melhoria das condições de vida da população nas cidades brasileiras, contemplando, além da infraestrutura física, também as dimensões sociais, urbanas e culturais. Suas ações estão estruturadas nas seguintes áreas: habitação, mobilidade urbana, saneamento, prevenção em áreas de risco, recursos hídricos, equipamentos urbanos e cidades históricas. São investimentos realizados pela própria União e também em parceria com governos estaduais, municipais, entidades urbanas e rurais, companhias estaduais e municipais e setor privado.



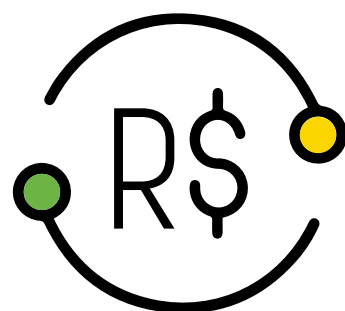
INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA

Este eixo tem como objetivo garantir pesquisas para a segurança energética visando, entre outras ações, a exploração e produção de petróleo e gás natural no pré e pós-sal. Contempla ainda ações de estudos e desenvolvimento nas diversas áreas de geração de energia, sobretudo no âmbito da ciência e tecnologia.



DEFESA

No setor de Defesa são realizados projetos estratégicos para a segurança nacional no âmbito das Forças Armadas, envolvendo a transferência e o desenvolvimento de tecnologia, em parceria com outros países. Suas ações envolvem a aquisição de novos helicópteros de médio porte (HX-BR), o desenvolvimento de projetos de aquisição de Blindados Guarani, implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) e do Sistema de Defesa Estratégico (ASTROS 2020). Merecem destaque, também, os projetos de desenvolvimento e aquisição de Cargueiro Tático Militar (KC-X) e de aquisição de Aeronaves de Caça (Projeto FX-2). São executadas, ainda, ações para a implantação de Estaleiro e Base Naval para a construção e manutenção de submarinos convencionais e de submarino de propulsão nuclear.



DETALHES

DO PLOA 2016

EM QUE ÁREA DA DESPESA A AÇÃO GOVERNAMENTAL SERÁ REALIZADA?



Na próxima seção, são apresentados os valores da proposta de orçamento federal 2016 para cada área de atuação do Governo, denominada Função. A classificação funcional procura responder à questão “Em que área da despesa a ação governamental será realizada?”. Essa classificação é de aplicação comum e obrigatória, no âmbito dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União, o que permite a consolidação nacional dos gastos do setor público.

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL



PREVIDÊNCIA SOCIAL

R\$ 572,7 bilhões



EDUCAÇÃO

R\$ 103 bilhões



SAÚDE

R\$ 100,4 bilhões



ASSISTÊNCIA SOCIAL

R\$ 77,8 bilhões



TRABALHO

R\$ 74,3 bilhões



DEFESA NACIONAL

R\$ 60,1 bilhões



JUDICIÁRIA

R\$ 33,3 bilhões



ESSENCIAL À JUSTIÇA

R\$ 6,5 bilhões



ADMINISTRAÇÃO

R\$ 28 bilhões



LEGISLATIVA

R\$ 7,5 bilhões



TRANSPORTE

R\$ 18,2 bilhões



AGRICULTURA

R\$ 30,1 bilhões



CIÊNCIA E TECNOLOGIA

R\$ 8,3 bilhões



GESTÃO AMBIENTAL

R\$ 6,2 bilhões



SEGURANÇA PÚBLICA

R\$ 8,1 bilhões



INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO

R\$ 7,2 bilhões



URBANISMO

R\$ 2,5 bilhões



ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

R\$ 4 bilhões



SANEAMENTO

R\$ 837,3 milhões



CULTURA

R\$ 2,2 bilhões



RELAÇÕES EXTERIORES

R\$ 3,1 bilhões



ENERGIA

R\$ 2 bilhões



COMUNICAÇÕES

R\$ 1,5 bilhão



DIREITOS DA CIDADANIA

R\$ 1,3 bilhão



DESPORTO E LAZER

R\$ 1,5 bilhão



HABITAÇÃO

R\$ 12,4 milhões



ENCARGOS ESPECIAIS

R\$ 1,7 trilhão



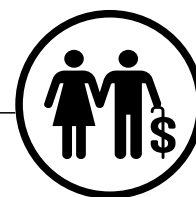
RESERVA DE CONTINGÊNCIA

R\$ 53,8 bilhões

Para cada área da despesa são apresentados ao longo das próximas páginas diferentes recortes, complementares à classificação funcional. Para tanto, as classificações orçamentárias são apresentadas de maneira versátil. As despesas são divididas por subfunção orçamentária (subárea da despesa), por Ministério envolvido, ou outra classificação adequada ao caso particular, buscando facilitar o entendimento das informações que constam da proposta orçamentária. Em geral, as despesas com pessoal e encargos sociais são contabilizadas na subfunção Administração Geral, apresentada em várias funções.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

R\$ 572,7 BILHÕES



Obrigatórias
99,5%

Discricionárias
0,3%

Financeiras
0,2%

A Previdência Social, direito social previsto na Constituição Federal, garante benefícios à pessoa que contribui e também àquela que não contribui, nos casos específicos em lei. O Ministério da Previdência Social é o principal órgão responsável por esse seguro social. A Previdência é organizada em três regimes:

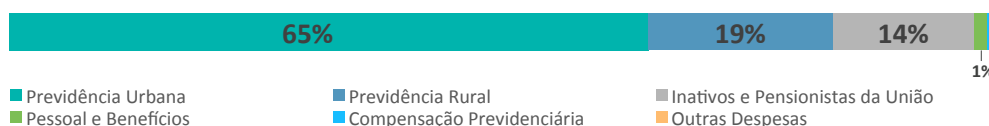
Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência do Servidor (RPPS) e Regime de Previdência Complementar (RPC), sendo os primeiros públicos, e o último, privado, não recebe recursos do orçamento da União.

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS):

O **REGIME GERAL**, DE CARÁTER CONTRIBUTIVO E FILIAÇÃO OBRIGATÓRIA, DEVE OBSERVAR CRITÉRIOS QUE PRESERVEM O EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL E ATENDER AOS EMPREGADOS DO SETOR PRIVADO, AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CELETISTAS E AOS CONTRIBUINTE AUTÔNOMOS. TAMBÉM CONHECIDO COMO PREVIDÊNCIA BÁSICA, É GERENCIADO PELO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) E OS BENEFÍCIOS SÃO PAGOS DIRETAMENTE AOS SEGURADOS POR MEIO DE TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS. POR SER O MAIOR REGIME DE PREVIDÊNCIA DO PAÍS, CONTA EM 2016 COM R\$ 491 BILHÕES, QUE SERÃO UTILIZADOS, PRINCIPALMENTE, PARA O PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES.

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR (RPPS):

ESTE REGIME, DE **CARÁTER CONTRIBUTIVO E SOLIDÁRIO**, DEVE OBSERVAR CRITÉRIOS QUE PRESERVEM O EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL. TAMBÉM CONHECIDO COMO PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO, É RESPONSÁVEL PELA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS TITULARES DE CARGO EFETIVO DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DE MUNICÍPIOS QUE NÃO MANTÊM VINCULAÇÃO DE SEUS SERVIDORES PÚBLICOS AO RGPS. EM 2016, R\$ 78,7 BILHÕES SERÃO DESTINADOS PARA O REGIME PRÓPRIO, EM ESPECIAL PARA O PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES, TANTO DOS SERVIDORES CIVIS QUANTO DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS.



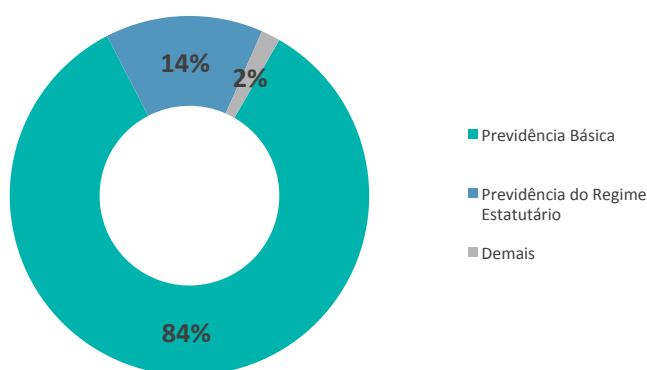
PREVIDÊNCIA SOCIAL

OPERACIONALIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS

A estrutura de atendimento do INSS é composta de 2.228 unidades, sendo cinco superintendências regionais, 104 gerências executivas e 1.729 agências de Previdência Social, além de unidades móveis (Prevbarco e Prevmóvel). Para custear as despesas operacionais dessas unidades, estão previstos, para 2016, R\$ 851,1 milhões.

Nessa área merecem destaque, também, as despesas com a Dataprev que referem-se ao processamento de dados dos benefícios previdenciários e à gestão do Cadastro Nacional de Informação Social. São processados cerca de 30 milhões de benefícios por mês, além do desenvolvimento e manutenção dos sistemas utilizados no INSS. Para 2016, estão previstos R\$ 591,6 milhões para fazer frente a essa despesa.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



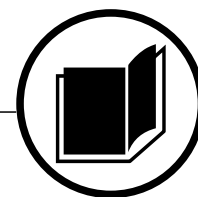
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS



A **PREVIDÊNCIA SOCIAL**, POR MEIO DO INSS, CONCEDE UMA SÉRIE DE BENEFÍCIOS EM DECORRÊNCIA DE FATOS QUE OCORREM EM NOSSAS VIDAS. OS PRINCIPAIS SÃO: APOSENTADORIA (POR IDADE, POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, ESPECIAL E POR INVALIDEZ), PENSÃO POR MORTE, AUXÍLIO-DOENÇA, AUXÍLIO-RECLUSÃO, AUXÍLIO-ACIDENTE, AUXÍLIO-FUNERAL, SALÁRIO-MATERNIDADE E SALÁRIO-FAMÍLIA. PARA 2016 ESTÃO PREVISTOS R\$ 370,9 BILHÕES PARA O PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS URBANOS E R\$ 107 BILHÕES PARA OS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS RURAIS.

EDUCAÇÃO

R\$ 103 BILHÕES

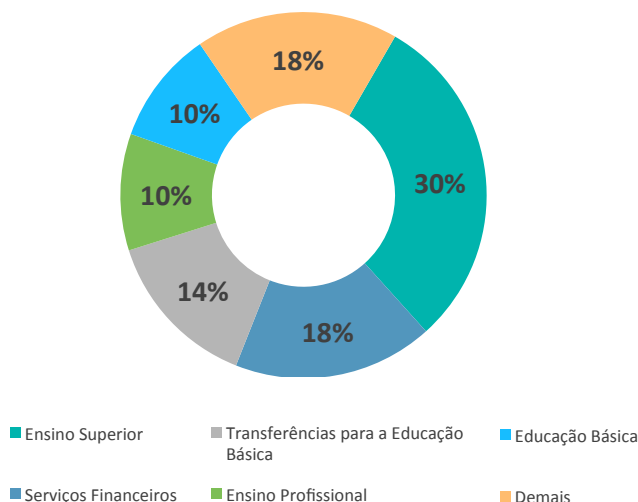


Obrigatórias
50%

Discrecionárias
27%

Financeiras
23%

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

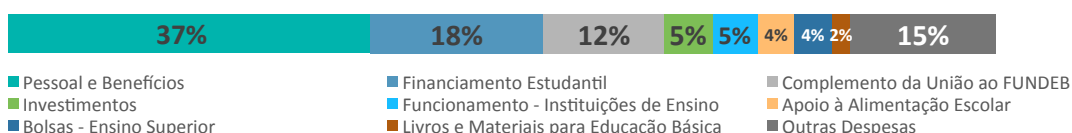


O direito à educação foi consagrado em nossa Constituição como um direito social. Com isso, o Estado passou a ter a obrigação de garantir educação de qualidade a todos os brasileiros. O Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado em 2007, visa enfrentar a desigualdade de oportunidades educacionais e promover a educação de qualidade da creche à pós-graduação. Está estruturado em quatro eixos: Educação Básica; Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade; Ensino Profissional e Tecnológico e Educação Superior.

DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016

- SERÃO DESTINADOS R\$ 24,8 BILHÕES À **EDUCAÇÃO BÁSICA**, SENDO R\$ 12,5 BILHÕES A TÍTULO DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB). A UNIÃO TRANSFERE RECURSOS AOS ESTADOS E RESPECTIVOS MUNICÍPIOS QUE NÃO ALCANÇAM, COM A PRÓPRIA ARRECADAÇÃO, O VALOR MÍNIMO NACIONAL POR ALUNO ESTABELECIDO A CADA ANO. PELO MENOS 60% DOS RECURSOS DEVEREM SER USADOS NA REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM EFETIVO EXERCÍCIO, COMO PROFESSORES, DIRETORES E ORIENTADORES EDUCACIONAIS. O RESTANTE ATENDE ÀS DESPESAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.

- PARA O **ENSINO SUPERIOR** SERÃO ALOCADOS R\$ 30,9 BILHÕES. UM DESTAQUE DESSA ÁREA É O PROGRAMA DE BOLSA PERMANÊNCIA, DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO A 19 MIL ESTUDANTES MATRICULADOS EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E PARA ESTUDANTES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS. ESSA INICIATIVA VISA À AMPLIAÇÃO DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR, DE MODO A ATINGIR A META 12 DO PNE, DE ELEVAÇÃO DA TAXA DE MATRÍCULA. AINDA SERÃO APOIADAS INICIATIVAS QUE VISAM AO DESENVOLVIMENTO E À EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR, COMO O PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, QUE OFERECE ASSISTÊNCIA À MORADIA ESTUDANTIL, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E À SAÚDE A ESTUDANTES, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO E A REESTRUTURAÇÃO DE UNIVERSIDADES FEDERAIS.



PRONATEC R\$ 2,1 bilhões



O **PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC)** FOI CRIADO EM 2011 COM O OBJETIVO DE AMPLIAR E INTERIORIZAR A OFERTA DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, ASSIM COMO O DE CONTRIBUIR PARA O AVANÇO DA QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO. ATÉ 2014, FORAM REGISTRADAS MAIS DE 8 MILHÕES DE MATRÍCULAS EM TODAS AS SUAS INICIATIVAS. ALÉM DE CURSOS PRESENCIAIS, TAMBÉM SÃO OFERECIDOS GRATUITAMENTE CURSOS TÉCNICOS E DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA OU DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE A DISTÂNCIA, POR MEIO DA REDE E-TEC BRASIL.

FIES R\$ 18,8 bilhões



O **FIES** É UM PROGRAMA QUE CONCEDE FINANCIAMENTO A ESTUDANTES MATRICULADOS EM CURSOS SUPERIORES NÃO GRATUITOS QUE TENHAM AVALIAÇÃO POSITIVA NOS PROCESSOS CONDUZIDOS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. DE 2010 A 2014 FORAM ASSINADOS 1,9 MILHÃO DE NOVOS CONTRATOS, SUPERANDO A META PREVISTA DE 1,5 MILHÃO. DESDE A SUA CRIAÇÃO, EM 1999, JÁ FORAM ATENDIDOS 2,45 MILHÕES DE ESTUDANTES, E PARA 2015 FORAM CONCEDIDOS CERCA DE 314 MIL NOVOS FINANCIAMENTOS. AS MUDANÇAS EFETIVADAS NO FIES TÊM COMO OBJETIVO MELHORAR A QUALIDADE DOS CURSOS E CONTRIBUIR PARA A SUSTENTABILIDADE DO PROGRAMA, GARANTINDO UMA POLÍTICA PÚBLICA PERENE DE INCLUSÃO SOCIAL E DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.

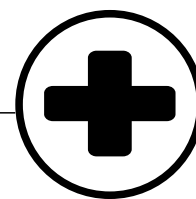
CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS R\$ 2,1 bilhões



O **PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS**, QUE TEVE INÍCIO EM 2011, TEM COMO OBJETIVO PROMOVER A CONSOLIDAÇÃO, EXPANSÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DA INOVAÇÃO E DA COMPETITIVIDADE BRASILEIRA POR MEIO DO INTERCÂMBIO E DA MOBILIDADE INTERNACIONAL. BOLSISTAS SÃO BENEFICIADOS PELO PROGRAMA NAS ÁREAS DE ENGENHARIA, CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA, BIOLOGIA, CIÊNCIAS BIOMÉDICAS, COMPUTAÇÃO, TECNOLOGIA AEROSPAÇIAL E OUTRAS, TENDO COMO PRINCIPAIS DESTINOS REINO UNIDO, CANADÁ, AUSTRÁLIA, ESPANHA E ESTADOS UNIDOS. PARA ESTE PROGRAMA SERÃO EMPREGADOS EM 2016 UM MONTANTE DE R\$ 2,1 BILHÕES, SENDO R\$ 688,5 MILHÕES NO ÂMBITO DO CNPQ E R\$ 1,5 BILHÃO NO ÂMBITO DA CAPES.

SAÚDE

R\$ 100,4 BILHÕES



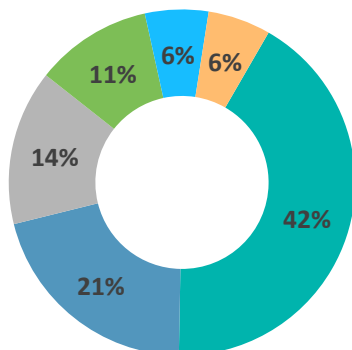
Obrigatórias
82%

Discricionárias
17%

Financeiras
1%

O artigo 196 de nossa Constituição afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido por meio de políticas sociais e econômicas. A política pública de saúde no Brasil é efetivada principalmente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como objetivo promover a igualdade no atendimento das necessidades de saúde da população, ofertando serviços de qualidade, independente do poder aquisitivo do cidadão.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



- Assistência Hospitalar e Ambulatorial
- Atenção Básica
- Suporte Profilático e Terapêutico
- Administração Geral
- Vigilância Epidemiológica
- Demais

DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016

- PARA **ATENÇÃO BÁSICA** SERÃO ALOCADOS R\$ 17,1 BILHÕES. DESSE TOTAL, R\$ 10,9 BILHÕES SERÃO REPASSADOS AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA.
- DO MONTANTE DESTINADO À ATENÇÃO BÁSICA, R\$ 498,6 MILHÕES SERÃO DESTINADOS PARA A **CONSTRUÇÃO E A AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE**.
- PARA CUSTEAR OS **PROCEDIMENTOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE** NOS ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES SERÃO ALOCADOS R\$ 36,8 BILHÕES.
- A **ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA** RECEBERÁ UM TOTAL DE R\$ 2,8 BILHÕES. MERECEM DESTAQUE OS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU 192) QUE CONTARÃO COM R\$ 1,1 BILHÃO.
- R\$ 102 MILHÕES SERÃO DESTINADOS PARA A CONSTRUÇÃO E A AMPLIAÇÃO DE **UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA)**.
- SERÃO APLICADOS R\$ 10,1 BILHÕES PARA **ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**, NA DISTRIBUIÇÃO, NO ÂMBITO DO SUS, DE MEDICAMENTOS BÁSICOS, ESPECIALIZADOS, DE ALTO CUSTO E AQUELES DESTINADOS AO TRATAMENTO DE HIV/AIDS.
- PARA **VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA** SERÃO ALOCADOS R\$ 6,4 BILHÕES. DESSE MONTANTE, R\$ 2,2 BILHÕES SERÃO DESTINADOS AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS COMO INCENTIVO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA A **VIGILÂNCIA EM SAÚDE**. OUTRA GRANDE PARTE, CERCA DE R\$ 3,3 BILHÕES, SERÁ PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS.





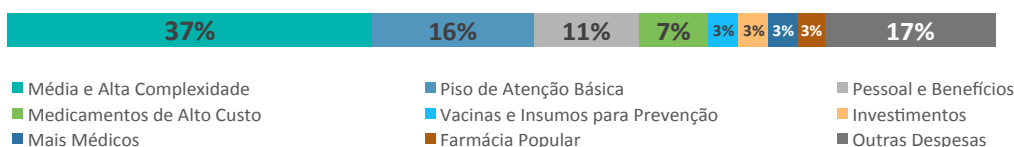
MAIS MÉDICOS

INSTITUÍDO EM 2013 PELO GOVERNO FEDERAL, VISA AMPLIAR A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA NAS PERIFERIAS DE GRANDES CIDADES E NOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR BRASILEIRO. ATUALMENTE, 50 MILHÕES DE PESSOAS EM TODO O PAÍS SÃO BENEFICIADAS PELO PROGRAMA, QUE ATUA COM 14.462 MÉDICOS (BRASILEIROS E ESTRANGEIROS) E ESTÁ PRESENTE EM 3.785 MUNICÍPIOS. PARA O ORÇAMENTO DE 2016, ESTÃO PREVISTOS RECURSOS TOTAIS DA ORDEM DE R\$ 2,9 BILHÕES.



FARMÁCIA POPULAR

EM 2016, SERÃO APLICADOS R\$ 2,7 BILHÕES NA MANUTENÇÃO E NO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL, PARA A OFERTA DE MEDICAMENTOS GRATUITOS PARA HIPERTENSÃO, DIABETES E ASMA, ALÉM DE CONTRACEPTIVOS E FRALDAS GERIÁTRICAS PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA.

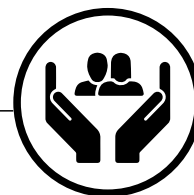


ASSISTÊNCIA SOCIAL

R\$ 77,8 BILHÕES

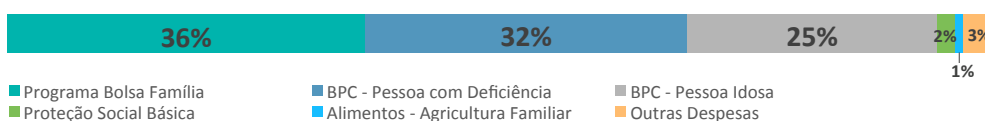
Obrigatórias
95%

Discrecionárias
5%



A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política pública não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade,

para garantir o atendimento às necessidades básicas. No Governo Federal, o principal órgão que executa essas ações é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016

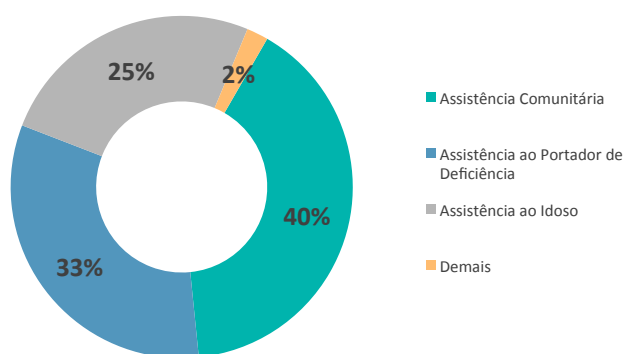
- O **BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA** CONSISTE NO PAGAMENTO DE UM SALÁRIO MÍNIMO MENSAL A PESSOAS COM 65 ANOS DE IDADE OU MAIS E A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INCAPACITANTE PARA A VIDA INDEPENDENTE E PARA O TRABALHO, QUE COMPROVEM NÃO POSSUIR MEIOS DE PROVER A PRÓPRIA MANUTENÇÃO E NEM DE TÊ-LA PROVIDA POR SUA FAMÍLIA. PARA 2016, R\$ 45,0 BILHÕES SERÃO DESTINADOS AO PAGAMENTO DO BENEFÍCIO, ALCANÇANDO 4,4 MILHÕES DE BENEFICIÁRIOS, SENDO 2,4 MILHÕES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E 2,0 MILHÕES DE IDOSOS.
- O **SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)** VISA ORGANIZAR, DE FORMA DESCENTRALIZADA E PARTICIPATIVA, A OFERTA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TODO O BRASIL. OS SERVIÇOS SÃO GERALMENTE PRESTADOS PELOS MUNICÍPIOS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS). PARA 2016, ESTÁ PREVISTO UM GASTO DE R\$ 2,2 BILHÕES COM O SISTEMA, SENDO R\$ 1,4 BILHÃO DESTINADO À PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, CUJO OBJETIVO É A PREVENÇÃO DE SITUAÇÕES DE RISCO POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES E O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS. JÁ A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

DESTINA-SE A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL OU SOCIAL, CUJOS DIREITOS TENHAM SIDO VIOLADOS OU AMEAÇADOS, E CONTA RÁ COM R\$ 671,1 MILHÕES. O RESTANTE DO VALOR É USADO COM OS GASTOS OPERACIONAIS DO SUAS.

- O **PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS** POSSUI DUAS FINALIDADES BÁSICAS: PROMOVER O ACESSO À ALIMENTAÇÃO E INCENTIVAR A AGRICULTURA FAMILIAR. PARA O ALCANCE DESSES DOIS OBJETIVOS, O PROGRAMA COMPRA ALIMENTOS PRODUZIDOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR E OS DESTINA ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E ÀQUELAS ATENDIDAS PELA REDE SÓCIO-ASSISTENCIAL, PELOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E PELA REDE PÚBLICA E FILANTRÓPICA DE ENSINO. EM 2016, CONTA RÁ COM R\$ 560,6 MILHÕES, BENEFICIANDO 91,7 MIL FAMÍLIAS AGRICULTORAS COM A AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E 203,7 MIL FAMÍLIAS COM A DISTRIBUIÇÃO DESSES ALIMENTOS.
- O GOVERNO FEDERAL INCENTIVA A **IMPLANTAÇÃO DE CRECHES** COM O OBJETIVO DE EXPANDIR A QUANTIDADE DE MATRÍCULAS DE CRIANÇAS ENTRE 0 E 48 MESES CUJAS FAMÍLIAS SEJAM BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. PARA 2016, SERÃO ALOCADOS R\$ 472,2 MILHÕES PARA O ATENDIMENTO DE 296 MIL CRIANÇAS MATRICULADAS EM CRECHES PÚBLICAS E CONVENIADAS.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



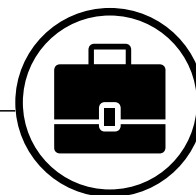
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA** É UM PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DIRETA DE RENDA QUE BENEFICIA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E DE EXTREMA POBREZA EM TODO O PAÍS. EM 2016 ESTIMA-SE QUE R\$ 28,8 BILHÕES SEJAM DESTINADOS AO PROGRAMA, SENDO R\$ 28,2 BILHÕES O VALOR A SER TRANSFERIDO DIRETAMENTE ÀS FAMÍLIAS. PARA RECEBER O BENEFÍCIO SÃO CONSIDERADOS A RENDA POR PESSOA DA FAMÍLIA (RENDAS MENSAL *PER CAPITA* IGUAL OU INFERIOR A R\$ 77,00), O NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM ATÉ 17 ANOS E A EXISTÊNCIA DE

GESTANTES E NUTRIZES. AS FAMÍLIAS QUE MESMO APÓS O RECEBIMENTO DOS DEMAIS BENEFÍCIOS SE MANTENHAM ABAIXO DA LINHA DE EXTREMA POBREZA RECEBEM O BENEFÍCIO DE SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA, CUJO VALOR É VARIÁVEL E EQUIVALE AO NECESSÁRIO PARA SUPERAR OS R\$ 77,00 POR PESSOA. PARA TAL, AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DEVEM ASSUMIR E CUMPRIR CERTAS CONDICIONALIDADES, COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA A AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS BÁSICOS, PRINCIPALMENTE NAS ÁREAS DA SAÚDE, DA EDUCAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

TRABALHO

R\$ 74,3 BILHÕES



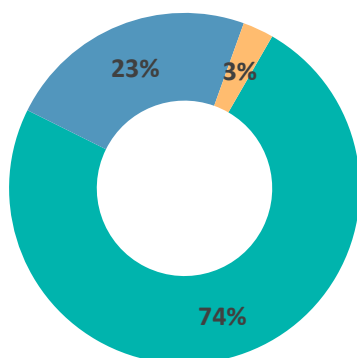
Obrigatórias
76%

Discricionárias
1%

Financeiras
23%

A União elabora e implementa políticas e diretrizes que contribuem para a geração de emprego e renda e para o apoio ao trabalhador. Este tema envolve a formação e o desenvolvimento profissional, a política salarial, a segurança e a saúde no trabalho, a geração de emprego e renda e a fiscalização das relações de trabalho. Representam parcela significativa dos recursos investidos na área as ações de proteção ao trabalhador, como o seguro-desemprego e o abono salarial.

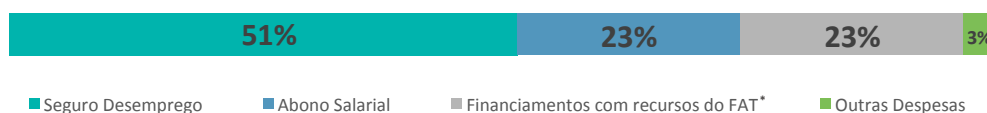
PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



■ Proteção e Benefícios ao Trabalhador
■ Fomento ao Trabalho
■ Demais

DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016

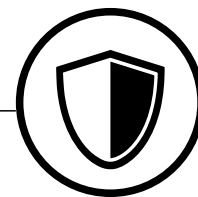
- PARA AS AÇÕES DA **ECONOMIA SOLIDÁRIA** SERÃO DESTINADOS R\$ 48,6 MILHÕES. ESSAS AÇÕES COMPREENDEM UMA DIVERSIDADE DE PRÁTICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS ORGANIZADAS SOB A FORMA DE COOPERATIVAS, ASSOCIAÇÕES, ENTRE OUTRAS, QUE REALIZAM ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE BENS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, FINANÇAS SOLIDÁRIAS, TROCAS, COMÉRCIO JUSTO E CONSUMO SOLIDÁRIO.
- NO ÂMBITO DO **SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO (SINE)**, SERÃO ALOCADOS R\$ 106,6 MILHÕES. TRATA-SE DE UMA REDE DE ATENDIMENTO DESCENTRALIZADA, QUE ATUA EM ARTICULAÇÃO COM OS ESTADOS E MUNICÍPIOS, DE MODO A PROMOVER A INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA, INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO, IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHADOR POR MEIO DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, ENTRE OUTROS.



* FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

DEFESA NACIONAL

R\$ 60,1 BILHÕES



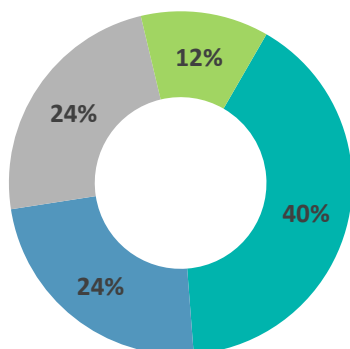
Obrigatórias
78%

Discricionárias
21%

Financeiras
1%

As Forças Armadas são as instituições nacionais primordialmente responsáveis pela Defesa Nacional. O órgão responsável pela direção superior das Forças Armadas é o Ministério da Defesa que se constitui pelos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, além do Estado-Maior, que trata das operações conjuntas dos três Comandos Militares.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



■ Comando do Exército
■ Comando da Marinha
■ Comando da Aeronáutica
■ Outros Fundos e Unidades

DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016

- O **SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO** CONTARÁ COM R\$ 1,7 BILHÃO PARA GARANTIR A SEGURANÇA E A QUALIDADE DO TRÁFEGO AÉREO BRASILEIRO.
- O **PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO** CONTARÁ COM R\$ 149,9 MILHÕES PARA APOIAR A PESQUISA BRASILEIRA NO CONTINENTE ANTÁRTICO E GARANTIR A RECONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO ANTÁRTICA COMANDANTE FERRAZ APÓS INCÊNDIO EM 2012.
- R\$ 246,7 MILHÕES DESTINADOS À **PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM MISSÕES ESPECIAIS**, TAIS COMO MISSÕES DE PAZ NO HAITI E NO LÍBANO.
- ESTÃO PREVISTOS R\$ 200 MILHÕES PARA A **DEFESA DO TERRITÓRIO E DO PATRIMÔNIO NACIONAIS** DURANTE A REALIZAÇÃO DAS OLIMPÍADAS 2016.
- O **PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS** CONTARÁ COM R\$ 185 MILHÕES DESTINADOS AO COMBATE A CONTRABANDOS E CRIMES FRONTEIRIÇOS.
- SERÃO ALOCADOS R\$ 158 MILHÕES PARA A **CONSTRUÇÃO DO SATÉLITE GEOESTACIONÁRIO DE DEFESA E COMUNICAÇÕES**, PARA A MELHORIA DAS COMUNICAÇÕES VIA SATÉLITE DE USO CIVIL E MILITAR.
- ESTÃO PREVISTOS **R\$ 2 BILHÕES** PARA A AQUISIÇÃO DE 50 HELICÓPTEROS HX-BR, DE MÉDIO PORTE, 36 AERONAVES CAÇAS FX-2 E 28 AERONAVES DE TRANSPORTE DE CARGA KC-X.
- O **PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE SUBMARINOS**, QUE ENVOLVE A CONSTRUÇÃO DE QUATRO SUBMARINOS CONVENCIONAIS, UM SUBMARINO NUCLEAR E ESTALEIRO E BASE NAVAL DE APOIO, CONTA COM R\$ 1,15 BILHÃO.

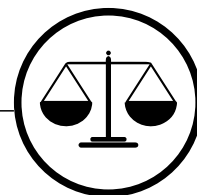
77%

11%

12%

■ Pessoal e Benefícios ■ Outras Despesas ■ Investimentos

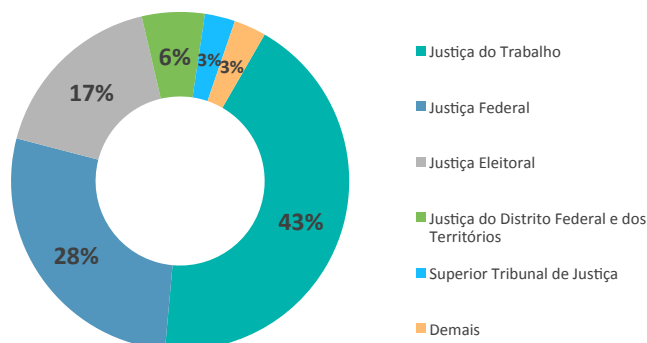
JUDICIÁRIA

R\$ 33,3 BILHÕES

Obrigatórias
68%

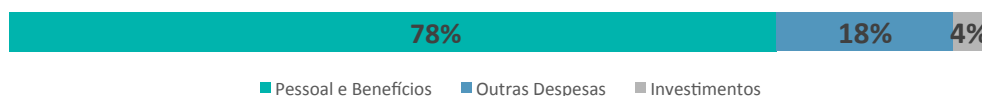
Discricionárias
21%

Financeiras
11%

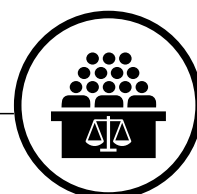
PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



O Poder Judiciário é um dos três poderes do Estado, ao qual é atribuída a função judiciária, ou seja, garantir e defender os direitos individuais, coletivos e sociais, e promover a justiça, por meio do cumprimento de normas e leis judiciais e constitucionais.



ESSENCIAL À JUSTIÇA

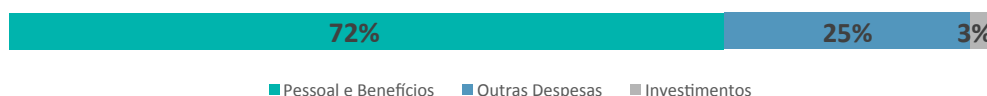
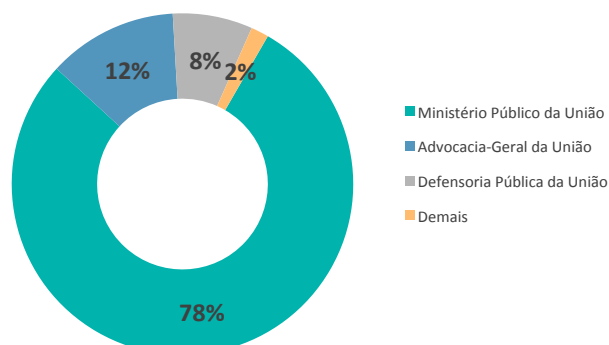
R\$ 6,5 BILHÕES

Obrigatórias
61%

Discricionárias
24%

Financeiras
15%

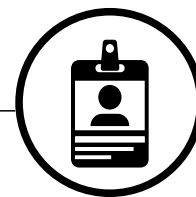
A função Essencial à Justiça faz referência à atuação do Ministério Público da União, da Advocacia-Geral da União e da Defensoria Pública. O Ministério Público é o órgão responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. A Advocacia-Geral da União é a instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo. À Defensoria Pública compete a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados. Estão incluídos ainda neste tema o Conselho Nacional do Ministério Público e parte do Ministério da Justiça.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



ADMINISTRAÇÃO

R\$ 28 BILHÕES

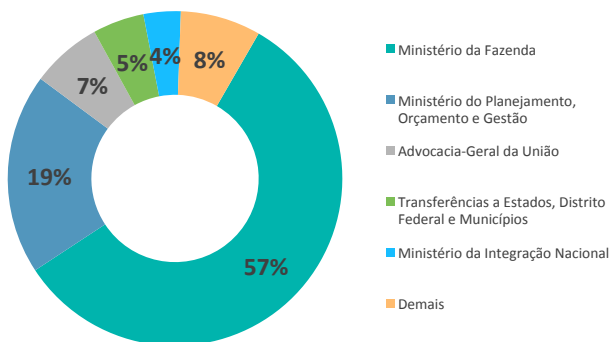


Obrigatórias
59%

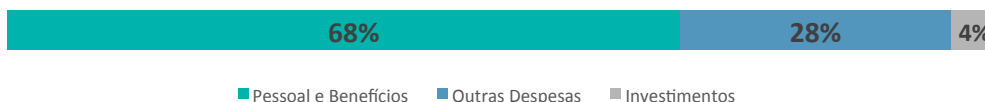
Discricionárias
22%

Financeiras
19%

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

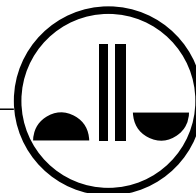


Este tema concentra ações de gestão e manutenção de órgãos do Governo, incluindo, por exemplo, pagamento de pessoal ativo da União e administração de unidades.



LEGISLATIVA

R\$ 7,5 BILHÕES



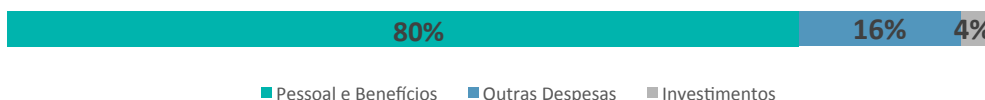
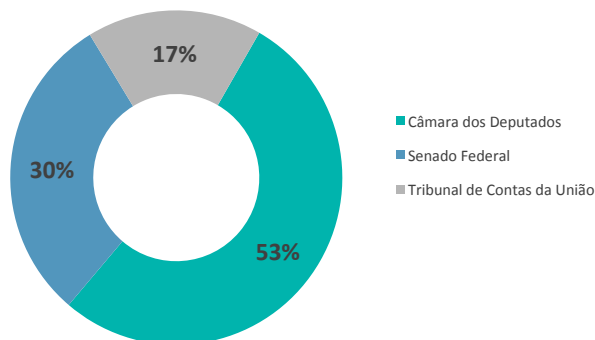
Obrigatórias
71%

Discricionárias
20%

Financeiras
9%

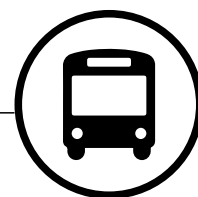
A Constituição Federal afirma que o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, que possui como principais atribuições criar leis e fiscalizar. Essa fiscalização, chamada de controle externo, é exercida com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU).

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



TRANSPORTE

R\$ 18,2 BILHÕES



Obrigatórias
9%

Discricionárias
64%

Financeiras
27%

Para garantir a liberdade de locomoção das pessoas dentro do território nacional e reduzir os custos logísticos da produção de bens, cabe ao Governo Federal implementar uma série de políticas públicas relacionadas aos transportes rodoviário, ferroviário

e aquaviário. Fazem parte das atribuições da União a manutenção das vias federais existentes e sua ampliação; a construção de novas vias; a fiscalização dos transportes de passageiros e cargas; e o fomento à indústria naval.

DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016



- NA **MANUTENÇÃO E SINALIZAÇÃO** DE APROXIMADAMENTE 50 MIL KM DE RODOVIAS FEDERAIS SERÃO ALOCADOS R\$ 4,0 BILHÕES.



- AINDA NO **SETOR RODOVIÁRIO**, ESTÃO PREVISTOS INVESTIMENTOS DE R\$ 2,2 BILHÕES EM OBRAS DE CONSTRUÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE TRECHOS DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL, ALÉM DE RECURSOS DESTINADOS AO CONTROLE DE PESO E VELOCIDADE COM O OBJETIVO DE REDUZIR O RISCO DE ACIDENTES.



- NO QUE SE REFERE AO **TRANSPORTE FERROVIÁRIO**, SERÃO DESTINADOS CERCA DE R\$ 2,0 BILHÕES PARA A CONSTRUÇÃO DAS FERROVIAS NORTE-SUL, DE INTEGRAÇÃO OESTE-LESTE E TRANSNORDESTINA, ALÉM DA ELIMINAÇÃO DE GARGALOS EXISTENTES POR MEIO DA CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS E VIADUTOS FERROVIÁRIOS, ADEQUAÇÕES DE RAMAIS E SEGREGAÇÃO DE LINHAS FÉRREAS.
- QUANTO AO **TRANSPORTE AQUAVIÁRIO**, R\$ 5,0 BILHÕES VIABILIZARÃO O DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL, FINANCIANDO A CONSTRUÇÃO DE NAVIOS E A IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESTALEIROS. ADEMAIS, ESTÃO

PREVISTAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PORTOS FLUVIAIS NA REGIÃO AMAZÔNICA, ALÉM DA MANUTENÇÃO DE HIDROVIAS, ECLUSAS E PORTOS EXISTENTES NO VALOR TOTAL DE R\$ 304,5 MILHÕES.

- PARA **DRAGAGEM** SERÃO DESTINADOS R\$ 797,9 MILHÕES. A DRAGAGEM É ESSENCIAL PARA APROFUNDAR AS ÁREAS DE ENTRADA E SAÍDA DE NAVIOS NOS PORTOS NACIONAIS.
- AS **COMPANHIAS DOCAS** SÃO EMPRESAS PÚBLICAS CONSTITUÍDAS PARA MODERNIZAR O SETOR PORTUÁRIO DO PAÍS. ESSAS COMPANHIAS CONTARÃO COM R\$ 188,3 MILHÕES NO ORÇAMENTO FISCAL PARA SEUS PROJETOS.
- PARA **OBRAS PORTUÁRIAS** SERÃO ALOCADOS R\$ 63,5 MILHÕES DIRECIONADOS À MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS PORTOS NACIONAIS.
- A UNIÃO AUMENTARÁ SUA PARTICIPAÇÃO NO **CAPITAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA (INFRAERO)** EM R\$ 2,5 BILHÕES COM O INTUITO DE PERMITIR A ESSA EMPRESA A REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS NA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA.

TRANSPORTE

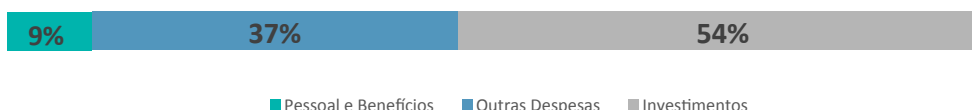
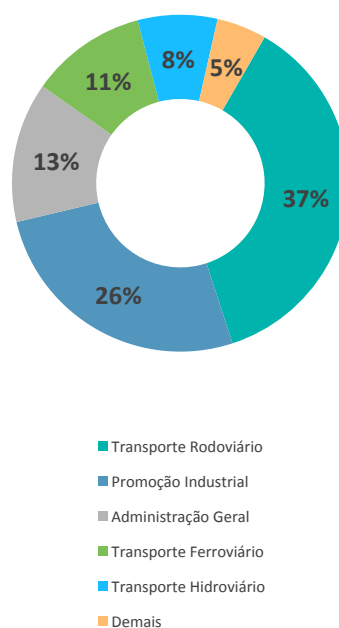


O **PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM LOGÍSTICA (PIL)** É COMPOSTO POR PROJETOS QUE CONTRIBUIRÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE TRANSPORTES MODERNO E EFICIENTE. TAIS PROJETOS SERÃO CONDUZIDOS POR MEIO DE PARCERIAS COM O SETOR PRIVADO, PRINCIPALMENTE POR MEIO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO, PROMOVEDO SINERGIAS ENTRE OS SETORES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO, HIDROVIÁRIO, PORTUÁRIO E AEROPORTUÁRIO.

A **NOVA ETAPA DO PROGRAMA**, LANÇADA EM 2015, PREVÊ INVESTIMENTO DO GOVERNO E DO SETOR PRIVADO DE R\$ 69,2 BILHÕES ENTRE 2015-2018 E R\$ 129,2 BILHÕES A PARTIR DE 2019, SENDO R\$ 66,1 BILHÕES NO SETOR RODOVIÁRIO, R\$ 86,4 BILHÕES EM FERROVIAS, R\$ 37,4 BILHÕES EM PORTOS E R\$ 8,5 BILHÕES EM AEROPORTOS.

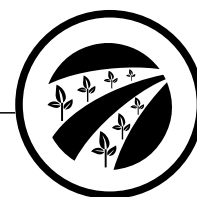
CABE RESSALTAR QUE NOSSA ABORDAGEM REFERE-SE APENAS AOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL. ASSIM, ESTÃO EXCLUÍDOS OS INVESTIMENTOS DAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES: COMPANHIAS DOCAIS E INFRAERO. OS VALORES PREVISTOS PARA ESSAS EMPRESAS SÃO DE R\$ 501,1 MILHÕES E DE R\$ 833,7 MILHÕES, RESPECTIVAMENTE, VALORES QUE SE ENCONTRAM NO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



AGRICULTURA

R\$ 30,1 BILHÕES



Obrigatórias
66%

Discricionárias
7%

Financeiras
27%

DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016

DEFESA AGROPECUÁRIA:

R\$ 331,9 MILHÕES

- A ÁREA DE DEFESA AGROPECUÁRIA É RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE ESTADO PARA PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS ANIMAIS E DE PRAGAS VEGETAIS. SUA ATUAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA A OFERTA DE ALIMENTOS SEGUROS, EVITANDO POSSÍVEIS RISCOS À SAÚDE DO CONSUMIDOR E PRÁTICAS DESLEAIS DE COMÉRCIO.

PESQUISA E INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA:

R\$ 534,4 MILHÕES

- PROMOÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA FOCADA NA GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIA PARA A AGROPECUÁRIA BRASILEIRA, POR MEIO DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS, ESPECIALMENTE NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA).

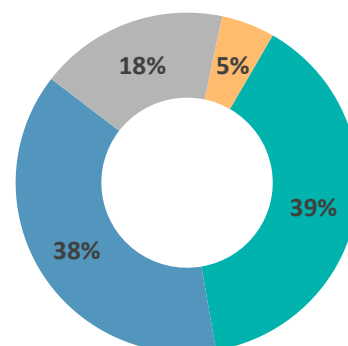
SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL:

R\$ 400,0 MILHÕES

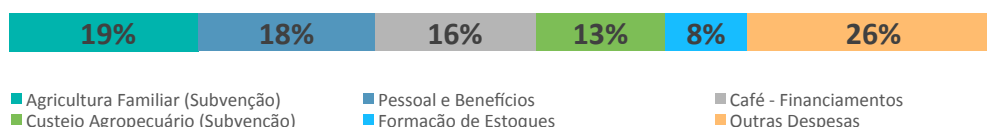
- É UM INSTRUMENTO DE POLÍTICA AGRÍCOLA PREVISTO NO PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO, QUE OBJETIVA REDUZIR O PREÇO PAGO PELO PRODUTOR RURAL NA CONTRATAÇÃO DE SEGURO FRENTE AO PREÇO COBRADO PELAS INSTITUIÇÕES SEGURADORAS PRIVADAS. COM OS RECURSOS ALOCADOS PARA 2016 SERÃO BENEFICIADOS CERCA DE 45 MIL PRODUTORES.

O Governo Federal formula e executa políticas relacionadas a este tema no intuito de promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio brasileiro. A sua atuação baseia-se, principalmente, na busca da sanidade da produção animal e vegetal, do aumento da produtividade, da organização das cadeias produtivas do agronegócio, da modernização e execução dos instrumentos da política agrícola e do incentivo às exportações.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



■ Promoção da Produção Agropecuária
■ Abastecimento
■ Administração Geral
■ Demais



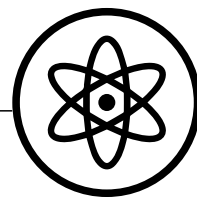
■ Agricultura Familiar (Subvenção)
■ Custeio Agropecuário (Subvenção)

■ Pessoal e Benefícios
■ Formação de Estoques

■ Café - Financiamentos
■ Outras Despesas

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

R\$ 8,3 BILHÕES



Obrigatórias
21%

Discricionárias
66%

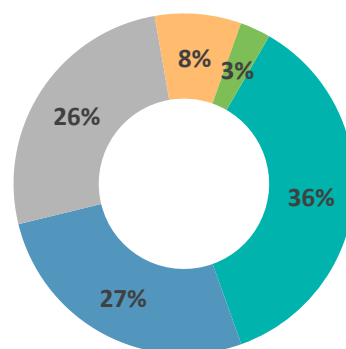
Financeiras
13%

DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016

- A **FINEP** GERENCIA O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, QUE FINANCIARÁ PROJETOS DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO, PARA O QUAL SERÃO DESTINADOS R\$ 991,4 MILHÕES.
- O **PROGRAMA NUCLEAR**, QUE VISA O USO DA ENERGIA NUCLEAR DE FORMA SAUDÁVEL E PACÍFICA E O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NUCLEARES PARA A MEDICINA, INDÚSTRIA, AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E GERAÇÃO DE ENERGIA, CONTA COM R\$ 915,3 MILHÕES.
- PARA A **CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO** DE GRADUAÇÃO, DE MESTRADO, DE DOUTORADO, DE PÓS-DOUTORADO E DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, PARA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL, NO ÂMBITO DO CNPQ, ESTÃO PREVISTOS R\$ 1,2 BILHÃO.
- O GOVERNO APOIA **ORGANIZAÇÕES SOCIAIS** QUE CONTRIBUEM PARA O FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO PAÍS COM A DESTINAÇÃO DE R\$ 637,9 MILHÕES.

Para a implementação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, o Governo executa programas e ações com o objetivo de fomentar a pesquisa científica, tecnológica e a inovação por meio, principalmente, de duas importantes agências de fomento do Brasil – a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e suas respectivas unidades de pesquisa.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



- Desenvolvimento Científico
- Administração Geral
- Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia
- Produção Industrial
- Demais



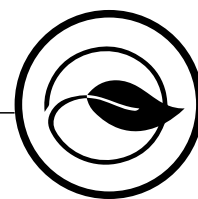
Formação em C, T & I
Investimentos

Pessoal e Benefícios
Fabricação de Combustível Nuclear

Projetos de Desenvolvimento Tecnológico
Outras Despesas

GESTÃO AMBIENTAL

R\$ 6,2 BILHÕES



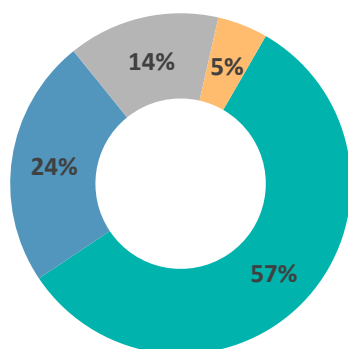
Obrigatórias
20%

Discricionárias
71%

Financeiras
9%

A Constituição, em seu artigo 225, informa que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras. Entre os mecanismos da Política Nacional do Meio Ambiente estão o licenciamento ambiental das atividades poluidoras, o zoneamento ambiental, a criação de áreas de proteção ambiental e a concessão florestal.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



■ Recursos Hídricos
■ Administração Geral
■ Preservação e Conservação Ambiental
■ Demais

DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016

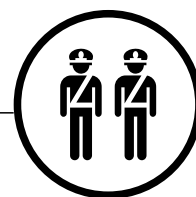
- PARA EXECUÇÃO DA **POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS** E DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A MELHORIA DA OFERTA DE ÁGUA, EM QUANTIDADE E QUALIDADE, SERÃO ALOCADOS R\$ 226,6 MILHÕES.
- A GESTÃO DAS **320 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAL**, POPULARMENTE CONHECIDAS COMO PARQUES E RESERVAS, DIVIDIDOS EM ÁREAS DE PROTEÇÃO INTEGRAL OU DE USO SUSTENTÁVEL, CONTA COM R\$ 173,7 MILHÕES.
- PARA FISCALIZAÇÃO, **COMBATE AO DESMATAMENTO** E LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO IBAMA SERÃO DESTINADOS R\$ 157,3 MILHÕES.
- **CONCESSÃO DA BOLSA VERDE**, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE APOIO À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL, QUE TEM COMO PROPOSTA ALIAR O AUMENTO NA RENDA DA POPULAÇÃO À CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS E AO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS: R\$ 101,2 MILHÕES.
- A IMPLANTAÇÃO DO **CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)** TERÁ R\$ 42,7 MILHÕES ALOCADOS. ESSE CADASTRO É UM REGISTRO ELETRÔNICO OBRIGATÓRIO PARA TODOS OS IMÓVEIS RURAIS, QUE SERÁ A BASE DE DADOS ESTRATÉGICA PARA O CONTROLE, MONITORAMENTO E COMBATE AO DESMATAMENTO DAS FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO NATIVA DO BRASIL, BEM COMO PARA PLANEJAMENTO AMBIENTAL E ECONÔMICO DOS IMÓVEIS RURAIS.



■ Pessoal e Benefícios ■ Outras Despesas ■ Investimentos

SEGURANÇA PÚBLICA

R\$ 8,1 BILHÕES



Obrigatórias
57%

Discricionárias
32%

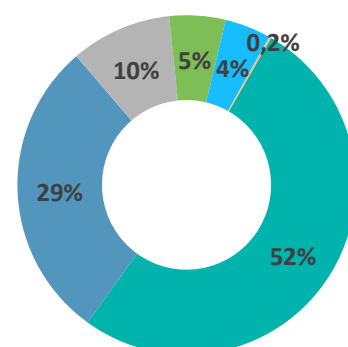
Financeiras
11%

DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016

- PARA O CUSTEIO DE **OPERAÇÕES DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO TRÁFICO DE DROGAS E A CRIMES PRATICADOS CONTRA A UNIÃO** E A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE EMISSÃO DE PASSAPORTES, A POLÍCIA FEDERAL CONTARÁ COM R\$ 1,04 BILHÃO.
- SERÃO DESTINADOS R\$ 443,2 MILHÕES PARA A **POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL** REALIZAR O POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS.
- AS FORÇAS DE **SEGURANÇA PÚBLICA** FEDERAIS E ESTADUAIS RECEBERÃO RECURSOS DA ORDEM DE R\$ 52,9 MILHÕES, PARA ATUAÇÃO INTEGRADA NA REGIÃO DE FRONTEIRA.
- ESTÃO PREVISTOS R\$ 532 MILHÕES PARA GARANTIR O APOIO A **PROJETOS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS** NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA. ESSES PROJETOS TRATAM DA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA, DA CAPACITAÇÃO DE AGENTES, DA ATUAÇÃO DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DO PACTO NACIONAL PELA REDUÇÃO DE HOMICÍDIOS.
- SERÃO DESTINADOS R\$ 284,2 MILHÕES PARA A REALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO E DA EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE **SEGURANÇA DAS OLIMPIADAS RIO 2016**, COM TRABALHO INTEGRADO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, EM CONJUNTO COM OS EFETIVOS FEDERAIS DE DEFESA E DE INTELIGÊNCIA. ALÉM DA ATUALIZAÇÃO DE CENTROS INTEGRADOS DE COMANDO E CONTROLE QUE FORAM IMPLANTADOS PARA A COPA DO MUNDO FIFA DE 2014.

A Constituição Federal determina que a Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. No Governo Federal, o Ministério da Justiça é o órgão responsável por implementar grande parte das políticas públicas relacionadas a esse tema. Integram o Ministério da Justiça unidades como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



- Polícia Federal
- Polícia Rodoviária Federal
- Ministério da Justiça - Administração Direta
- Fundo Nacional de Segurança Pública
- Agência Brasileira de Inteligência
- Demais Unidades

68%

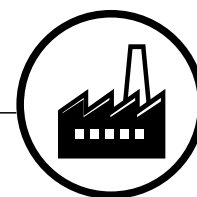
26%

6%

■ Pessoal e Benefícios ■ Outras Despesas ■ Investimentos

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO

R\$ 7,2 BILHÕES



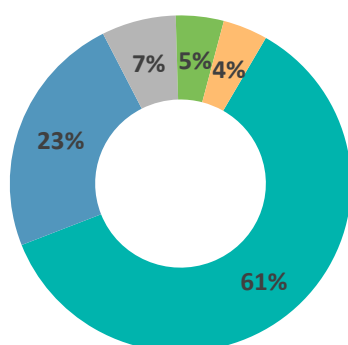
Obrigatórias
45%

Discricionárias
22%

Financeiras
33%

Compreendem este tema medidas que estimulam o desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços brasileiros. Entre os assuntos mais significativos nesta área estão: propriedade intelectual e transferência de tecnologia; metrologia, normalização e qualidade industrial; as políticas de comércio exterior; o desenvolvimento do turismo no País; e a indústria de mineração.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



■ Comércio Exterior
■ Administração Geral
■ Normatização e Fiscalização
■ Turismo
■ Demais

DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016

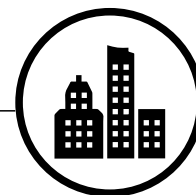
- NA ATUAÇÃO DA **FISCALIZAÇÃO METROLÓGICA**, ESTÃO PREVISTOS APROXIMADAMENTE R\$ 506 MILHÕES PARA A VERIFICAÇÃO DE MAIS DE 28 MILHÕES DE INSTRUMENTOS/PRODUTOS, POR MEIO DE 1.060.800 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO REALIZADAS PELO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO).
- PARA O **PORTAL ÚNICO DE COMÉRCIO EXTERIOR** SERÃO DESTINADOS R\$ 27 MILHÕES PARA INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE CONTROLE DO COMÉRCIO EXTERIOR NO ÂMBITO DO GOVERNO FEDERAL.
- COM VISTAS AO **DESENVOLVIMENTO DO TURISMO INTERNO** FORAM ESTIMADOS R\$ 153,7 MILHÕES PARA DOTAR MUNICÍPIOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA, SINALIZAÇÃO TURÍSTICA, CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CENTROS DE CONVENÇÕES, DE CENTROS DE ATENDIMENTO AO TURISTA E CENTROS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ARTESANAIS.
- AVALIAÇÃO DOS **RECURSOS MINERAIS**, NO VALOR DE R\$ 27,8 MILHÕES.



■ Promoção das Exportações - Financiamento ■ Promoção das Exportações (Subvenção) ■ Pessoal e Benefícios
■ Fiscalização - Metrologia/Qualidade ■ Administração das Unidades ■ Outras Despesas

URBANISMO

R\$ 2,5 BILHÕES



Obrigatórias
28%

Discrecionárias
72%

Com o objetivo de promover transformações urbanísticas e, dessa forma, minimizar os problemas decorrentes do crescimento desordenado das cidades, o Governo Federal apoia os entes federados na elaboração de Planos Diretores e outros normativos previstos na legislação urbanística brasileira. A União apoia, ainda, o planejamento e a execução de intervenções para reabilitação de áreas centrais e contenção de riscos, a urbanização de assentamentos precários, a regularização fundiária, a promoção da acessibilidade urbana e a implantação, modernização e funcionamento de sistemas de transporte coletivo urbano.

DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016



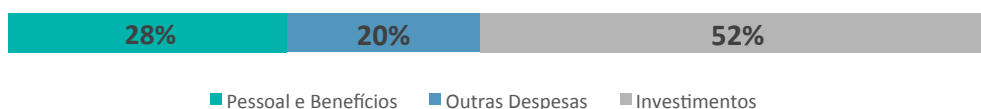
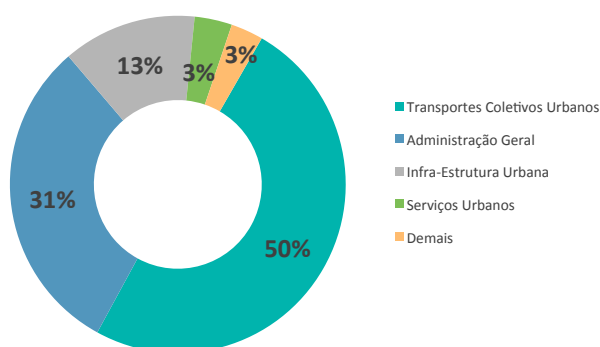
- APOIO A **SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO**, NO VALOR DE R\$ 964 MILHÕES.

- **FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRENS URBANOS** DE PASSAGEIROS EM DIVERSAS CAPITALS BRASILEIRAS, NO VALOR DE R\$ 266,3 MILHÕES.



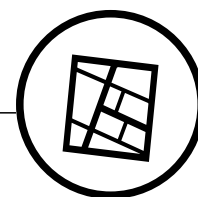
- APOIO À **URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS**, NO VALOR DE R\$ 256,7 MILHÕES.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

R\$ 4 BILHÕES

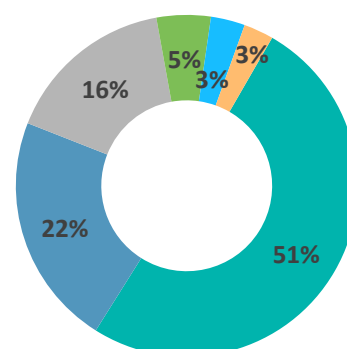
Obrigatórias
19%Discricionárias
47%Financeiras
34%

DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016

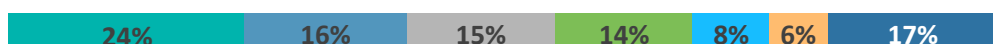
- SERÃO DESTINADOS R\$ 551,8 MILHÕES PARA A **OBTENÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS** COM VISTAS AO ASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS NO CAMPO, EM UM TOTAL DE 226 MIL HECTARES, BENEFICIANDO CERCA DE 5 MIL FAMÍLIAS.
- PARA O **DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS RURAIS** ESTÃO PREVISTOS R\$ 183,5 MILHÕES QUE SERÃO ALOCADOS, INCLUSIVE, PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DESSES ASSENTAMENTOS. COM ESSAS AÇÕES SERÃO ATENDIDAS APROXIMADAMENTE 73 MIL FAMÍLIAS.
- NO ÂMBITO DO **PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)**, QUE CONTA COM R\$ 842 MILHÕES, MERECE DESTAQUE A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA COM R\$ 601,4 MILHÕES QUE BUSCA DESENVOLVER CAPACIDADES PRODUTIVAS DOS BENEFICIÁRIOS DESSA POLÍTICA.

A organização agrária tem como pilar o princípio da função social da propriedade, previsto na Constituição. Neste tema, são desenvolvidas ações nas seguintes áreas de atuação: reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Reforma Agrária
Administração Geral
Extensão Rural
Assistência Comunitária
Ordenamento Territorial
Demais

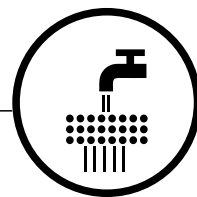


Crédito para Instalação de Famílias
Obtenção de Imóveis para Assentamentos
Outras
Pessoal e Benefícios
Fundo de Terras
Assistência Técnica/Extensão Rural
Administração das Unidades

SANEAMENTO

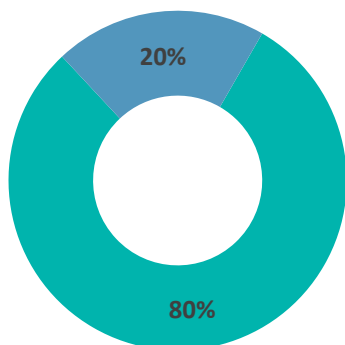
R\$ 837,3 MILHÕES

Discricionárias
100%



Neste tema, o Governo Federal apoia os Estados e Municípios, com o intuito de assegurar o acesso à água potável e à vida salubre, por meio de ações de implantação, ampliação ou melhorias dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de drenagem urbana e manejo de águas pluviais.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



■ Saneamento Básico
■ Gestão de Riscos e de Desastres

DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016



- APOIO À IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIAS DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, NO VALOR DE R\$ 284,7 MILHÕES.



- APOIO A SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEL E DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS EM MUNICÍPIOS CRÍTICOS SUJEITOS A EVENTOS RECORRENTES DE INUNDAÇÕES, ENXURRADAS E ALAGAMENTOS, NO VALOR DE R\$ 170,1 MILHÕES.



- APOIO À IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIAS EM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, NO VALOR DE R\$ 149,8 MILHÕES.



■ Outras Despesas ■ Investimentos

CULTURA

R\$ 2,2 BILHÕES

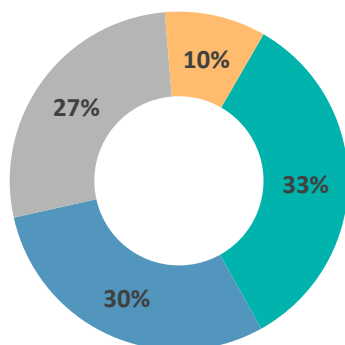


Obrigatórias
19%

Discricionárias
41%

Financeiras
40%

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



■ Administração Geral
■ Difusão Cultural
■ Promoção Comercial
■ Demais

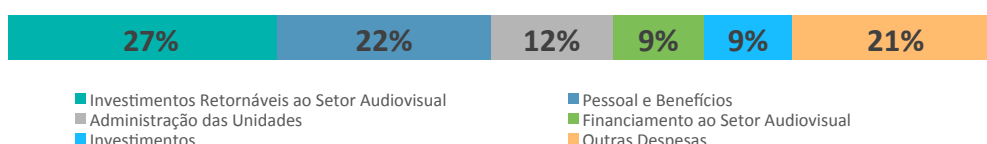
A Cultura é tema contemplado no artigo 215 da Constituição, que determina ao Estado a garantia de todos ao pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. Em relação a este tema, destaca-se, ainda, que é dever do Estado a proteção das manifestações das culturas populares, indígenas, afro-brasileiras e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016

- PARA **FINANCIAMENTO E INCENTIVO AO SETOR AUDIOVISUAL**, ESPECIALMENTE AO PROGRAMA BRASIL DE TODAS AS TELAS, ESTÃO PREVISTOS R\$ 250,5 MILHÕES.
- DESTACA-SE A **PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DAS CIDADES HISTÓRICAS**, QUE TERÁ O VALOR DE R\$ 115,0 MILHÕES.
- EM RELAÇÃO AO **APOIO E FOMENTO A PROJETOS CULTURAIS**, RESPONSÁVEL PELA CRIAÇÃO, PRODUÇÃO, DIVULGAÇÃO E CIRCULAÇÃO DO PRODUTO CULTURAL BRASILEIRO, O GASTO PREVISTO É DE R\$ 125,2 MILHÕES.
- NO QUE SE REFERE À **IMPLANTAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESPAÇOS CULTURAIS**, COMO MUSEUS, BIBLIOTECAS, A PREVISÃO DE GASTO É DE R\$ 26,0 MILHÕES.

A **POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA**, INSTITUÍDA EM 2014, ESTÁ PRESENTE NOS 26 ESTADOS E NO DISTRITO FEDERAL, VALORIZANDO A DIVERSIDADE CULTURAL E REGIONAL BRASILEIRA, RECONHECENDO E FOMENTANDO PONTOS E PONTÕES DE CULTURA. ESSA POLÍTICA TEM COMO BENEFICIÁRIA A SOCIEDADE E PRIORITARIAMENTE POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL. AOS PONTOS DE CULTURA SERÃO DESTINADOS R\$ 39,8 MILHÕES PARA PROMOVER, AMPLIAR E GARANTIR O ACESSO DA SOCIEDADE AOS MEIOS DE FRUIÇÃO, PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL, VISANDO À CONSTITUIÇÃO DE UMA REDE DE ARTICULAÇÃO DE INICIATIVAS CULTURAIS.

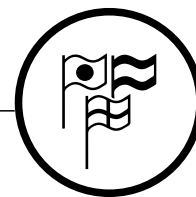


■ Investimentos Retornáveis ao Setor Audiovisual
■ Administração das Unidades
■ Investimentos

■ Pessoal e Benefícios
■ Financiamento ao Setor Audiovisual
■ Outras Despesas

RELAÇÕES EXTERIORES

R\$ 3,1 BILHÕES



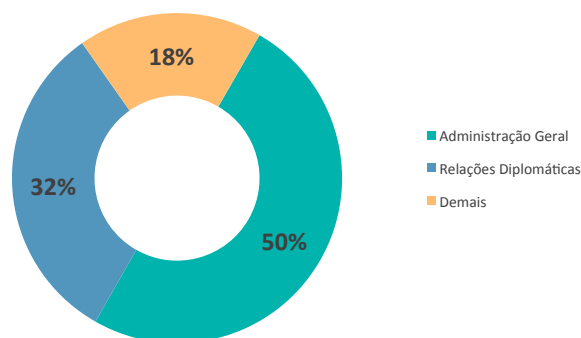
Obrigatórias
52%

Discricionárias
44%

Financeiras
4%

O Ministério das Relações Exteriores, também conhecido como Itamaraty, mantém relações diplomáticas com governos de outros países, organismos e organizações internacionais. Assim o Ministério promove os interesses do Brasil no cenário internacional, respeitando o princípio da não intervenção e atuando favoravelmente à garantia da democracia e da igualdade jurídica entre os Estados, além de prestar serviços consulares aos cidadãos brasileiros.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016

REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS: R\$ 905,8 MILHÕES

- FUNCIONAMENTO DE 227 POSTOS DE REPRESENTAÇÃO NO EXTERIOR, COMO EMBAIXADAS, CONSULADOS E MISSÕES DIPLOMÁTICAS, POR MEIO DOS QUAIS A DIPLOMACIA REALIZA NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS, ECONÔMICAS, TÉCNICAS E CULTURAIS.

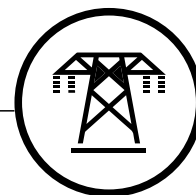
SERVIÇOS CONSULARES: R\$ 80,6 MILHÕES

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CIDADÃO BRASILEIRO NO EXTERIOR, TAIS COMO INFORMAÇÕES SOBRE PASSAPORTE BRASILEIRO, VISTOS, LEGALIZAÇÃO E EMISSÃO DE DOCUMENTOS, ELEIÇÕES E ASSISTÊNCIA JURÍDICA.



ENERGIA

R\$ 2 BILHÕES

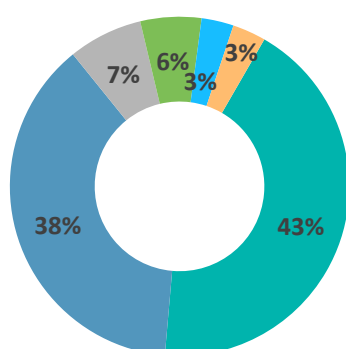


Obrigatórias
96%

Financeiras
4%

As políticas públicas de energia promovem o desenvolvimento do setor elétrico nacional, tratando das diversas fontes de energia como a hidráulica, a nuclear, as alternativas e a indústria do petróleo. Algumas empresas públicas auxiliam na execução das políticas, como a Empresa de Pesquisa Energética, e as agências atuam na regulação desses mercados, como a Agência Nacional de Energia Elétrica e a Agência do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



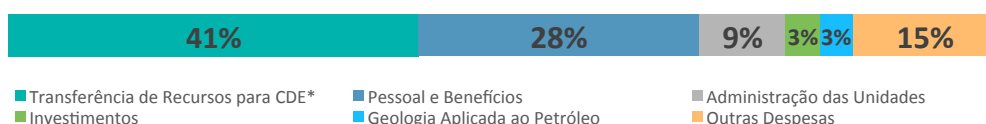
■ Energia Elétrica
■ Administração Geral
■ Combustíveis Minerais
■ Normatização e Fiscalização
■ Biocombustíveis
■ Demais

DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016

- **FISCALIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO** DOS SETORES DE ENERGIA ELÉTRICA E DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS, NO VALOR DE R\$ 118 MILHÕES.
- REALIZAÇÃO DE **LEVANTAMENTOS GEOLÓGICOS** PARA IDENTIFICAR E CALCULAR O VALOR ECONÔMICO DE POÇOS DE PETRÓLEO, NO VALOR DE R\$ 63,7 MILHÕES.
- ELABORAÇÃO DO **PLANEJAMENTO ENERGÉTICO**, INCLUINDO OS SETORES DE ENERGIA ELÉTRICA E DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS, NO VALOR DE R\$ 1,8 MILHÃO.
- ESTUDOS PARA EXPANSÃO DA GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, EXPANSÃO DA TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E EXPANSÃO DA MALHA DE GASODUTOS, NO VALOR DE R\$ 10,5 MILHÕES.



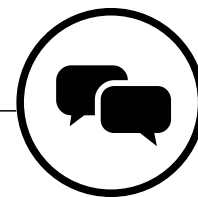
CABE RESSALTAR QUE NOSSA ABORDAGEM REFERE-SE APENAS AOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL. ASSIM, ESTÃO EXCLUÍDOS OS INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES, COMO A PETROBRAS E A ELETROBRAS, PORQUE ELAS TÊM SUAS AÇÕES E DOTAÇÕES RELACIONADAS NO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS NO MONTANTE DE R\$ 76,4 BILHÕES E R\$ 10,5 BILHÕES, RESPECTIVAMENTE, NO CONSOLIDADO DE SEUS GRUPOS.



* CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO.

COMUNICAÇÕES

R\$ 1,5 BILHÃO



Obrigatórias
73%

Financeiras
27%

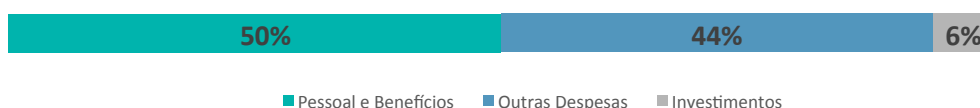
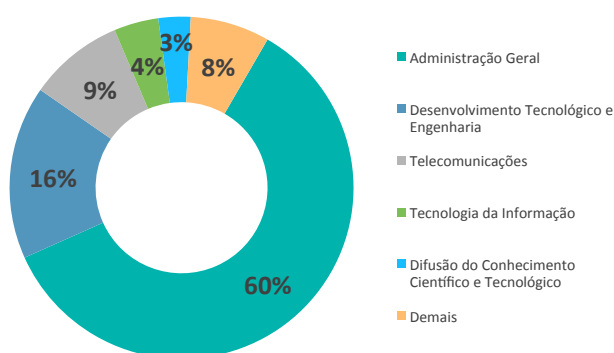
Desenvolver políticas públicas que promovam o acesso aos serviços de comunicações contribui para o crescimento econômico, a inovação tecnológica e a inclusão social. Este setor é responsável por formular e propor as políticas nacionais de radiodifusão, de postagem, de inclusão digital e de telecomunicações, além de outorgar e fiscalizar serviços de radiodifusão. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) é o órgão regulador ao qual compete implementar a Política Nacional de Telecomunicações.

DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016



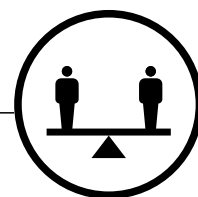
- **INCLUSÃO DIGITAL:** R\$ 115,3 MILHÕES (INCLUI R\$ 46,4 MILHÕES DO PAC) PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO, DE FORMA A PERMITIR A INSERÇÃO DE TODOS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.
- **FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO NA ANATEL:** R\$ 81,3 MILHÕES.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



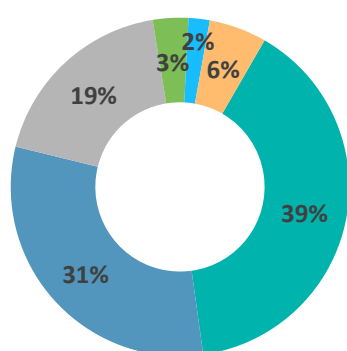
DIREITOS DA CIDADANIA

R\$ 1,3 BILHÃO

Obrigatórias
24%Discricionárias
71%Financeiras
5%

A cidadania é o conjunto de direitos e deveres referentes ao indivíduo em relação à sociedade em que vive. O Brasil, em sua Constituição, estabelece a cidadania como princípio fundamental. Este tema está ligado ao fortalecimento dos direitos humanos e à redução de desigualdades ligadas à raça ou ao gênero.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



■ Administração Geral

■ Direitos Individuais, Coletivos e Difusos

■ Custódia e Reintegração Social

■ Assistência à Criança e ao Adolescente

■ Assistência aos Povos Indígenas

■ Demais

DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016

DIREITOS HUMANOS: R\$ 97 MILHÕES

- **PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE POPULAÇÕES VULNERÁVEIS** (CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, IDOSOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, POPULAÇÃO DE RUA E LGBT) POR MEIO DE ATIVIDADES COMO A DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO DIRETO AO CIDADÃO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA OU ATRAVÉS DO DISQUE DIREITOS HUMANOS - DISQUE 100.

BRASIL PROTEGE: R\$ 20,6 MILHÕES

- **REDE DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES SUBMETIDOS À VIOLÊNCIA FÍSICA, SEXUAL E PSICOLÓGICA OU EM CONFLITO COM A LEI** POR MEIO DE APOIO À CONSTRUÇÃO, REFORMA, EQUIPAGEM E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO E DE SALAS DE INQUIRÇÃO ESPECIAL, ELABORAÇÃO DE CADASTRO NACIONAL DE SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO, ENTRE OUTRAS ATIVIDADES.

MULHER: VIVER SEM VIOLÊNCIA: R\$ 98,9 MILHÕES

- ARTICULAÇÃO DE **SERVIÇOS VOLTADOS ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA**, DESTACANDO-SE A CASA DA MULHER BRASILEIRA (R\$ 68,4 MILHÕES) E A CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER - LIGUE 180 (R\$ 30,5 MILHÕES).

IGUALDADE RACIAL: R\$ 17,7 MILHÕES

- AÇÕES DE **REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL**, COM ÊNFASE NA POPULAÇÃO NEGRA, POR MEIO DO FOMENTO DE AÇÕES AFIRMATIVAS (R\$ 14,1 MILHÕES), DO DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS E OUTRAS COMUNIDADES TRADICIONAIS (R\$ 3,6 MILHÕES), ENTRE OUTRAS ATIVIDADES.

29%

54%

17%

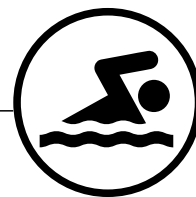
■ Pessoal e Benefícios ■ Outras Despesas ■ Investimentos

DESPORTO E LAZER

R\$ 1,5 BILHÃO

Obrigatórias
4%

Discricionárias
96%



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016

- PARA A **CONCESSÃO DO BOLSA ATLETA**, SERÃO DESTINADOS R\$ 100 MILHÕES. O PROGRAMA VISA GARANTIR A MANUTENÇÃO DOS ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO NAS SEGUINTE CATEGORIAS: BASE, ESTUDANTIL, NACIONAL, INTERNACIONAL, OLÍMPICA/PARALÍMPICA.
- O APOIO A **PROJETOS DE ESPORTE EDUCACIONAL**, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL, POR MEIO DOS PROGRAMAS SEGUNDO TEMPO, ESPORTE E LAZER DA CIDADE E VIDA SAUDÁVEL, ALÉM DE OUTRAS INICIATIVAS, CONTA COM R\$ 155 MILHÕES E ATENDERÁ CERCA DE 3,9 MILHÕES DE BENEFICIÁRIOS.
- A **PREPARAÇÃO DE ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO**, DESDE A BASE ATÉ O ALTO NÍVEL, RECEBERÁ R\$ 105 MILHÕES.

Nossa Constituição consagra o lazer como direito social e afirma que é dever do Estado fomentar práticas desportivas, demonstrando a importância desse tema. As ações nessa área de Governo são estruturadas a partir do Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte, o qual possui quatro eixos: inclusão social pelo esporte e lazer; qualificação do esporte de rendimento; ampliação da infraestrutura esportiva; e promoção de grandes eventos esportivos.

OLIMPÍADAS 2016

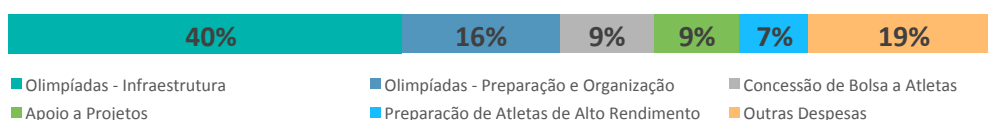
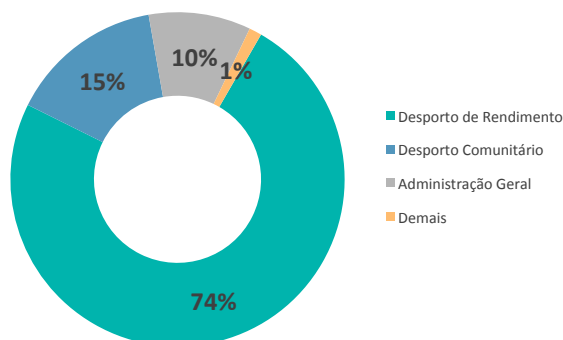


OS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016 RECEBERÃO R\$ 900 MILHÕES. SERÃO DESTINADOS R\$ 600 MILHÕES PARA **IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA**, DESTACANDO-SE OS PROJETOS QUE COMPÕEM OS CENTROS OLÍMPICOS DA BARRA E DE DEODORO. ALÉM DISSO, ESTÃO SENDO ALOCADOS R\$ 221,4 MILHÕES PARA A PREPARAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS JOGOS.

O **PLANO MEDALHA OLÍMPICA 2016**, QUE CONTA COM R\$ 63,6 MILHÕES, POSSIBILITA UM INVESTIMENTO ADICIONAL À PREPARAÇÃO DE ATLETAS E EQUIPES NACIONAIS ELENCADOS ENTRE OS ESPORTES COM MAIOR PROBABILIDADE DE ALCANÇAR RESULTADO ESPORTIVO EM 2016.

POR FIM, R\$ 13 MILHÕES SERÃO DESTINADOS À IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA **POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE DE DOPAGEM**.

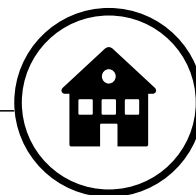
PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



HABITAÇÃO

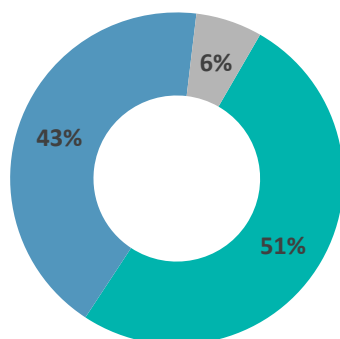
R\$ 12,4 MILHÕES

Discrecionárias
100%



As ações executadas neste tema têm por objetivo a universalização do acesso à moradia digna. Para tanto, o Governo Federal desenvolve e coordena ações que incluem o apoio técnico aos entes federados e setores produtivos, a promoção de mecanismos de participação e controle social nos programas habitacionais federais e o fomento para a produção, aquisição ou requalificação de imóveis residenciais.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



■ Infra-Estrutura Urbana
■ Habitação Urbana
■ Administração Geral

DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2016

- OPERAÇÕES REALIZADAS COM RECURSOS DOS FUNDOS DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL E DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, NO VALOR DE R\$ 12,2 BILHÕES.
- SUBVENÇÕES AO BENEFICIÁRIO PESSOA FÍSICA NO ATO DA CONTRATAÇÃO DE **FINANCIAMENTO HABITACIONAL**, NO VALOR DE R\$ 3,3 BILHÕES.



O **PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA** TEM POR OBJETIVO PROMOVER A PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO OU REQUALIFICAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS, URBANOS OU RURAIS, POR FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, DE FORMA A REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL BRASILEIRO. PARA 2016 ESTÃO PREVISTOS RECURSOS NO VALOR DE R\$ 15,5 BILHÕES, COM EXPECTATIVA DE CONTRATAÇÃO DE 512.706 UNIDADES HABITACIONAIS.



■ Investimentos

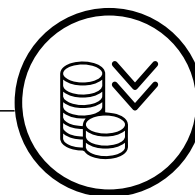
■ Fortalecimento Institucional do SNHIS*

■ Outras Despesas

* SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ENCARGOS ESPECIAIS

R\$ 1,7 TRILHÃO

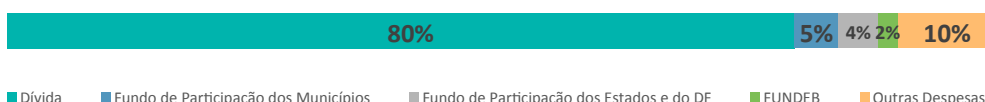
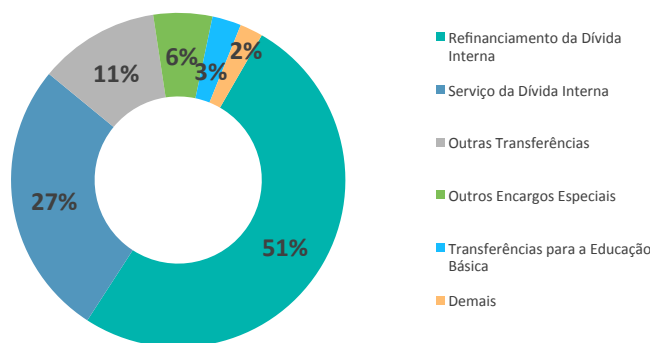


Obrigatórias
18%

Discricionárias
1%

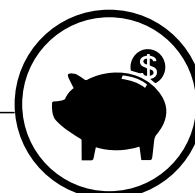
Financeiras
81%

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



RESERVA DE CONTINGÊNCIA

R\$ 53,8 BILHÕES

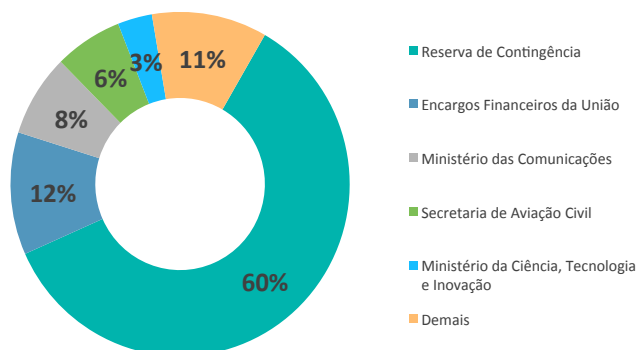


Obrigatórias
27%

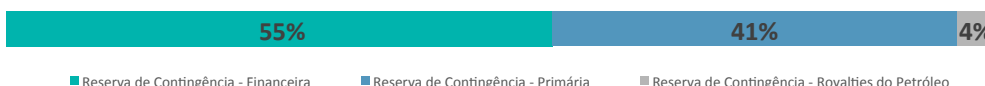
Discricionárias
14%

Financeiras
59%

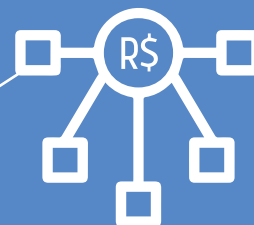
PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



É uma dotação constante da Lei Orçamentária, sem destinação específica nem vinculação a qualquer órgão, cuja finalidade principal é servir de fonte de cancelamento para a abertura de créditos adicionais ao longo do ano.



QUEM É O RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA DESPESA?



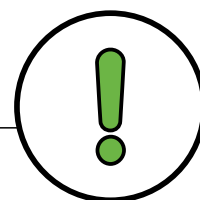
A Classificação Institucional evidencia a distribuição dos recursos orçamentários pelos órgãos e unidades orçamentárias responsáveis pela execução. Um órgão ou uma unidade orçamentária pode, eventualmente, não corresponder a uma estrutura administrativa,

como, por exemplo, “Encargos Financeiros da União”, “Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios” e “Operações Oficiais de Crédito”.

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA DESPESA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	3,2 bilhões	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	5,5 bilhões	COMBATE À FOME	78,9 bilhões
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	239,2 milhões	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA	
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	83,0 milhões	E COMÉRCIO EXTERIOR	2,9 bilhões
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	902,1 milhões	MINISTÉRIO DO ESPORTE	1,6 bilhões
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	514,0 milhões	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	3,0 bilhões
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	521,0 bilhões	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO	
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	12,0 milhões	E GESTÃO	12,2 bilhões
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	2,4 bilhões	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	81,6 bilhões
JUSTIÇA DO TRABALHO	17,9 bilhões	MINISTÉRIO DO TURISMO	431,0 milhões
JUSTIÇA ELEITORAL	6,9 bilhões	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	14,7 bilhões
JUSTIÇA FEDERAL	10,3 bilhões	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	5,8 bilhões
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	459,4 milhões	OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	64,0 bilhões
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA		PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	2,3 bilhões
E ABASTECIMENTO	11,5 bilhões	REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA	
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	9,9 bilhões	MOBILIÁRIA FEDERAL	881,2 bilhões
MINISTÉRIO DA CULTURA	2,3 bilhões	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	32,4 bilhões
MINISTÉRIO DA DEFESA	82,6 bilhões	SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA	80,7 milhões
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	96,6 bilhões	SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	355,0 milhões
MINISTÉRIO DA FAZENDA	26,1 bilhões	SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL	6,7 bilhões
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	5,3 bilhões	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	191,7 milhões
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	12,8 bilhões	SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA	
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	202,7 milhões	IGUALDADE RACIAL	51,2 milhões
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	506,2 bilhões	SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	153,8 milhões
MINISTÉRIO DA SAÚDE	109,5 bilhões	SECRETARIA DE PORTOS	1,3 bilhão
MINISTÉRIO DAS CIDADES	19,9 bilhões	SENADO FEDERAL	3,9 bilhões
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	6,6 bilhões	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1,3 bilhão
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	3,3 bilhões	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	628,3 milhões
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	3,9 bilhões	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL	
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	3,9 bilhões	E MUNICÍPIOS	236,0 bilhões
		TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	1,8 bilhão

SAIBA MAIS



AQUI VOCÊ ENCONTRA



ENDEREÇO ELETRÔNICO

EDUCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Escola Virtual SOF, Prêmio SOF de Monografias, Sofinha e sua Turma e Momento do Orçamento	http://www.orcamentofederal.gov.br/educacao-orcamentaria
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	Estatísticas sobre Despesas do Orçamento Federal, Estimativas de Receitas, Ementários de Receitas, Estatísticas Fiscais e Relatórios de Avaliação Bimestral e de Cumprimento de metas	http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias
LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Consulte Leis, Decretos e outros atos normativos diretamente relacionados à matéria orçamentária	https://www.siop.planejamento.gov.br/sioplegis/sof
GLOSSÁRIO ORÇAMENTÁRIO	Definições para os principais termos, expressões e conceitos relacionados ao processo orçamentário	http://www.orcamentofederal.gov.br/glossario-1
ORÇAMENTOS ANUAIS	Documentos e atos normativos referentes ao processo orçamentário dos últimos 25 anos	http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais
PERGUNTAS FREQUENTES SOBRE ORÇAMENTO E PROCESSO ORÇAMENTÁRIO	Informações rápidas sobre elaboração e execução orçamentária, sobre a atuação da SOF no processo orçamentário, sobre os principais instrumentos de planejamento e orçamento, sobre Responsabilidade Fiscal, sobre Resultado Primário e sobre a Fiscalização do Orçamento	http://www.orcamentofederal.gov.br/perguntasfrequentes
CADASTRO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	Informações qualitativas sobre as ações programadas no orçamento de cada exercício	http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2015-2/cadastro-de-acoes
ACESSO PÚBLICO SIOP	Consulte informações sobre o Orçamento da União, com várias opções de filtros (palavra-chave, órgão, unidade, função, subfunção) e gere relatórios em PDF e Excel	https://www1.siop.planejamento.gov.br/acessopublico/?pp=acessopublico
MANUAL TÉCNICO DE ORÇAMENTO MTO 2016	Instruções técnicas para elaboração dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União	http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/mto_2016_1aeducacao-200515.pdf



AJUDE-NOS A MELHORAR O ORÇAMENTO CIDADÃO.

Acesse: <http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamento-cidadao/Pesquisa>

E DÊ SUA OPINIÃO.



AQUI VOCÊ PERGUNTA, SUGERE, ELOGIA E CRITICA.

gasto.eficiente@planejamento.gov.br



8258

Ministério do
Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA